



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**GESTÃO DEMOCRÁTICA: O CONSELHO ESCOLAR
E A SUA ATUAÇÃO EM DUAS ESCOLAS PÚBLICAS
ESTADUAIS DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Carmem Rosane Tauchen Fontinele

São João do Polêsine, RS, Brasil

2011

**GESTÃO DEMOCRÁTICA: O CONSELHO ESCOLAR E A
SUA ATUAÇÃO EM DUAS ESCOLAS PÚBLICAS
ESTADUAIS DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA**

Carmem Rosane Tauchen Fontinele

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional, da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito
parcial para obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

Orientador: Prof. Ms. Vantoir Roberto Brancher

São João do Polêsine, RS, Brasil

2011

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova
a Monografia de Especialização

**GESTÃO DEMOCRÁTICA: O CONSELHO ESCOLAR E A SUA
ATUAÇÃO EM DUAS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS DO
MUNICÍPIO DE SANTA MARIA**

elaborada por
Carmem Rosane Tauchen Fontinele

Como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em Gestão Educacional

Comissão Examinadora

Vantoir Roberto Brancher, Ms. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Elena Maria Mallmann, Dr^a. (UFSM)

Mariglei Severo Maraschin, Ms. (UFSM)

São João do Polêsine, 17 de setembro de 2011.

DEDICATÓRIA

Dedico esta monografia:

Aos meus queridos pais, Valdomiro e Doracy, que, mesmo ausentes, continuam comigo em cada conquista de minha vida, e por terem sido os meus primeiros educadores.

Ao meu marido, Fontinele, pela compreensão e ajuda incondicional em todas as etapas desta caminhada.

Ao meu amado filho, Julierme, pelo estímulo que me deu em todos os momentos que precisei dele.

À minha amiga, Vânia, que além do incentivo, contribuiu muito com os seus ensinamentos e experiência.

Muito obrigada!

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a DEUS por ter me dado força e sabedoria para trilhar o caminho dessa pesquisa.

Depois à Instituição de Ensino, UFSM, por ter me dado a oportunidade de aumentar os meus conhecimentos.

Ao meu orientador, Prof. Ms. Vantoir Roberto Brancher, pela paciência, competência e dedicação na maneira de ensinar, de conduzir as orientações para realização da pesquisa. Exemplo de profissional.

À Coordenação do Curso de Especialização a Distância em Gestão Educacional da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), por oportunizar esse aprendizado à distância.

À Claudete, Coordenadora administrativa do Pólo de São João do Polêsine, pela dedicação e competência em auxiliar no que foi preciso.

Aos meus familiares por ter entendido a minha ausência nas últimas reuniões de família.

Às minhas colegas e amigas da Escola onde trabalho, que direta ou indiretamente me auxiliaram no decorrer deste estudo.

À minha amiga e colega de Pós-Graduação, Zelir, Vice-Diretora da Escola nº 2, onde desenvolvi uma parte da pesquisa de campo, por ter me recebido de braços abertos e me dado todo o apoio.

À Equipe Diretiva da Escola nº 1, que também foi cenário da pesquisa, por abrir as portas da escola para que eu pudesse fazer a coleta de dados para desenvolver o trabalho.

Aos meus colaboradores, os representantes dos segmentos do Conselho Escolar, que pautado em suas respostas realizei esse trabalho de pesquisa. Divido com vocês a autoria desse trabalho de pesquisa.

É preciso e até urgente que a escola vá se tornando em espaço escolar acolhedor e multiplicador de certos gostos democráticos como o de ouvir os outros, não por puro favor, mas por dever, o de respeitá-los, o da tolerância, o do acatamento às decisões tomadas pela maioria a que não falte, contudo o direito de quem diverge de exprimir sua contrariedade

(FREIRE, 1995, p.91).

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

GESTÃO DEMOCRÁTICA: O CONSELHO ESCOLAR E A SUA ATUAÇÃO EM DUAS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA

AUTORA: CARMEM ROSANE TAUCHEN FONTINELE

ORIENTADOR: VANTOIR ROBERTO BRANCHER

Data e Local de Apresentação: São João do Polêsine, 17 de Setembro de 2011.

O presente trabalho abrange a gestão democrática e a percepção dos membros do Conselho Escolar acerca das suas participações nos colegiados das duas escolas públicas estaduais, localizadas no município de Santa Maria, estado do Rio Grande do Sul, no período de março a julho de 2011. Nesse trabalho buscamos conhecer: *qual a percepção dos membros dos Conselhos Escolares de duas escolas públicas, do município de Santa Maria, sobre a gestão democrática? Como tem sido a atuação destes membros junto ao respectivo conselho?* Com base nestas inquietações, esta pesquisa teve como objetivo geral analisar a percepção dos conselheiros escolares a respeito da gestão democrática, assim como a sua atuação como membro desse colegiado. Os objetivos específicos do presente estudo consistem em: (I) caracterizar as escolas públicas estudadas; (II) verificar o conhecimento existente sobre o Conselho Escolar, segundo a percepção dos membros entrevistados; (III) identificar a atuação do Conselho Escolar na gestão escolar, segundo a visão dos respondentes; (IV) verificar a percepção dos entrevistados sobre gestão democrática e; por fim (V) identificar a forma de participação dos membros do conselho escolar, por segmento de representação (professores, funcionários, alunos e pais). A presente pesquisa se caracteriza por ser de caráter qualitativo em relação ao levantamento e análise dos dados, pautado nos escritos de Sampieri, Lucio e Collado (2006), Minayo e Sanches (1993). A coleta de dados ocorreu através de questionários com questões abertas que foram distribuídos pela pesquisadora aos entrevistados, membros do Conselho Escolar. Os dados foram analisados qualitativamente através do procedimento análise de conteúdo, descrito por Bardin (1979). Do ponto de vista das suas contribuições, este estudo fornece importantes implicações para o desenvolvimento de ações e práticas que visem ampliar a motivação da comunidade escolar na participação em colegiados e no processo de tomada de decisões das escolas. Além disso, pode contribuir no delineamento de estratégias que permitam tornar mais claro o relevante papel que os Conselhos Escolares exercem, bem como para criar condições para participação de todos os envolvidos.

Palavras-chave: Gestão Democrática na Educação. Conselho Escolar. Comunidade Escolar.

ABSTRACT

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

GESTÃO DEMOCRÁTICA: O CONSELHO ESCOLAR E A SUA ATUAÇÃO EM DUAS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA

(DEMOCRATIC ADMINISTRATION: THE SCHOOL PIECE ADVICE IN
TWO PUBLIC SCHOOLS FROM DISTRICT OF SANTA MARIA)

AUTHOR: CARMEM ROSANE TAUCHEN FONTINELE

ADVISER: VANTOIR ROBERTO BRANCHER

Date and Place of Presentation: São João do Polêsine, September 17, 2011.

The abstract includes the democratic administration and the perception of Scholar's members concerning about their college presentations in two public schools is located in the district of Santa Maria, of Rio Grande do Sul, during March to July of 2011. In this work we search to know: which are the perception of the members of School Pieces of two public schools, of District of Santa Maria, about Democratic Administration? How has the performance of these members been close to the respective piece of advice? In connection with this actions, this research has as main principle to analyse an perception of the school advisers about the democratic administration, as with your action as member of this school. The main principle of the present studies are for representation segment (teachers, employees, students and parents). To present researches if characterizes for being of qualitative character in relation to the rising and analysis of the data, ruled in the writings of Sampieri, Lúcio and Collado (2006), Minayo and Sanches (1993). The collection of data happened through questionnaires with open subjects that were distributed by the researcher to the interviewees, members of File School. The data were analyzed qualitative through the procedure content analysis, described by Bardin (1979). On the point of view of their contributions, this studies supplies important implications for the development of human being actions and practices that seek to enlarge the school movement community's in the participation of masters and in the process of the anticipation of decisions of the schools. On the other hand, it can contribute to the right choice that allow to became true the relevant office that School Files represents, as well as to create conditions for the participation of all the members.

Key-words: Democratic administration in the Education. School File. School Community.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Processo de pesquisa.....	26
Figura 2 – Desenho da pesquisa.....	27
Figura 3 – Fases da Análise dos Dados.....	30
Figura 4 – Síntese dos Resultados	60

LISTA DE SIGLAS

AEE	– Atendimento Educacional Especializado
CE	– Centro de Educação
CF	– Constituição Federal
CPM	– Círculo de Pais e Mestres
CRE	– Coordenadoria Regional de Educação
INEP	– Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais “Anísio Teixeira”
LDB	– Lei de Diretrizes e Bases
PNFCE	– Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares
PPP	– Projeto Político Pedagógico
PNE	– Plano Nacional de Educação
RS	– Rio Grande do Sul
UFSM	– Universidade Federal de Santa Maria
UNIFRA	– Universidade Franciscana
UNICEF	– Fundo das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
SEB	– Secretaria de Educação Básica
SEDUC	– Secretaria de Estado da Educação
SOE	– Serviço de Orientação Educacional
PIBID	– Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE A – Carta de Apresentação à Escola	67
APÊNDICE B – Instrumento para Coleta de Dados	68

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
Capítulo 1 – REFERENCIAL TEÓRICO	14
1.1 Gestão Democrática da Educação.....	15
1.2 Conselho Escolar	20
1.3 Comunidade Escolar.....	24
Capítulo 2 – METODOLOGIA DA PESQUISA	26
2.1 Desenho da Pesquisa	26
2.2 Estratégia de Pesquisa e Método Adotado.....	27
2.3 Escolha das Escolas Estudadas e dos Sujeitos Entrevistados	29
2.4 Técnica de Coleta dos Dados.....	29
2.5 Análise dos Dados	30
Capítulo 3 – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	32
3.1 As Escolas Estudadas	33
3.1.1 Caracterização da Escola Nº 1	33
3.1.2 Caracterização da Escola Nº 2.....	36
3.2 Apresentação e Discussão dos Resultados da Escola Nº 1	38
3.3 Apresentação e Discussão dos Resultados da Escola Nº 2	48
Capítulo 4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
REFERÊNCIAS	62
APÊNDICES	66

INTRODUÇÃO

A escolha do tema relacionado à gestão democrática e a atuação dos membros do Conselho Escolar em duas escolas públicas justifica-se pela necessidade de verificar outras visões e pensamentos dos representantes deste colegiado em ambientes escolares diferentes. Ao atuar como membro do Conselho Escolar e entender que este colegiado é um órgão de suma importância na gestão escolar a pesquisadora interessou-se investigar mais aprofundadamente este assunto em outros cenários.

O compartilhamento de decisões e informações, a preocupação com a qualidade da educação e a transparência quanto ao uso dos recursos financeiros da escola são características de uma gestão democrática. Compartilhar decisões significa envolver pais, alunos, professores, funcionários e outras pessoas da comunidade na administração escolar. Quando as decisões são tomadas pelos interessados na qualidade da escola, a chance de que dêem certo é bem maior. Os Conselhos Escolares, como mecanismos de participação da comunidade na escola, já estão presentes em muitas escolas do país. A função dos conselhos é orientar, opinar e decidir sobre tudo o que tenha relação com a qualidade da escola, assim como participar da construção do Projeto Político-Pedagógico e dos planejamentos anuais, avaliar os resultados da administração e ajudar na busca de meios para solucionar os problemas administrativos e pedagógicos, além de analisar a previsão de gastos e aprovar a prestação de contas da escola.

Por acreditar na coletividade e na participação de todos em prol de um objetivo em comum é que foi escolhido o tema desse trabalho e, também por saber que administrar o trabalho pedagógico em uma escola pública não é tarefa fácil, pois requer uma formação de boa qualidade, além de exigir do gestor um trabalho coletivo. Numa gestão democrática, o gestor precisará saber como trabalhar os conflitos e deverá ter competência para buscar novas alternativas que atendam os interesses da comunidade escolar, e ter a consciência de que a qualidade da escola dependerá da participação ativa de todos os membros, respeitando a individualidade e buscando o trabalho coletivo.

O desenvolvimento da investigação surgiu da necessidade de conhecer os aspectos sobre a participação dos indivíduos que fazem parte da instituição escolar. Sob esta perspectiva, o tema abordado abrange a gestão democrática e a percepção dos membros do conselho escolar acerca das suas participações nos colegiados de duas escolas públicas estaduais, localizadas no município de Santa Maria, estado do Rio Grande do Sul. O estudo ocorreu no período de março a julho de 2011.

Embasada em teorias dos autores como: WERLE (2003), ABRANCHES (2003), LÜCK (2006), BRASIL (2004), BRASIL (1996), PARO (2010), FREIRE (BRASIL), e outros que dedicam especial atenção ao tema Gestão Democrática e participação no Conselho Escolar desenvolveu-se a presente pesquisa que visa encontrar subsídios para responder a seguinte problemática: *Qual a percepção dos membros dos Conselhos Escolares de duas escolas públicas, do município de Santa Maria, sobre a gestão democrática? Como tem sido a atuação destes membros junto ao respectivo conselho?*

Com base nestas inquietações, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar a percepção dos conselheiros escolares a respeito da gestão democrática, assim como a sua atuação como membro desse colegiado. Os objetivos específicos do presente estudo consistem em:

- (I) Caracterizar as escolas públicas estudadas;
- (II) Verificar o conhecimento existente sobre o Conselho Escolar, segundo a percepção dos membros entrevistados;
- (III) Identificar a atuação do Conselho Escolar na gestão escolar, segundo a visão dos respondentes;
- (IV) Verificar a percepção dos entrevistados sobre gestão democrática;
- (V) Identificar a forma de participação dos membros do conselho escolar, por segmento de representação (professores, funcionários, alunos e pais).

Capítulo 1 – REFERENCIAL TEÓRICO

Em 2004, o Ministério da Educação – MEC criou a Portaria Ministerial Nº 2.896/2004, o Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares (PNFCE), que visa desenvolver e estimular a implantação e ao fortalecimento dos conselhos escolares nas escolas públicas de educação básica. Dentre vários objetivos, destaca-se a ampliação e a participação da comunidade escolar e local na gestão administrativa, financeira e pedagógica das escolas públicas (BRASIL, 2004).

Uma educação de qualidade, necessariamente, requer a colaboração de todos. Tal esforço só é possível através da participação democrática. Segundo Bobbio (1979, p.22), a democracia é “um conjunto de regras e procedimentos para a formação de decisões coletivas, em que está prevista e facilitada à participação mais ampla possível dos interessados”. Na realidade, este é o verdadeiro conceito de democracia, quando as decisões são tomadas coletivamente. Também se destaca as palavras de Freire (apud NAVARRO... [et al.], 2004), ratificando o que foi mencionado anteriormente:

Tudo o que a gente puder fazer no sentido de convocar os que vivem em torno da escola, e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem um pouco o destino da escola na mão, também. Tudo o que a gente puder fazer nesse sentido é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós que é o de assumir esse país democraticamente (p.7).

Assim, pode-se perceber que os autores Bobbio (1979) e Freire (2004) defendem a participação da comunidade escolar como forma de democracia nas instituições de ensino público. Para que haja uma gestão democrática na escola é fundamental que os dirigentes propiciem espaços para esta integração entre os diversos segmentos escolares: pais, professores, alunos, funcionários e comunidade local. Como diz Bobbio (1987, p. 28):

Quando se quer saber se houve um desenvolvimento da democracia num dado país, o certo é procurar saber se aumentou o número dos que têm direito de participar das decisões que lhes dizem respeito, mas os espaços nos quais podem exercer esse direito.

Pode-se dizer que o Conselho Escolar constitui um desses espaços, assim como , o Grêmio Estudantil, a associação de Pais e Mestres, entre outros. (BRASIL, SEB, 2004, caderno 2, p.17).

Como estratégia de gestão democrática em escolas públicas, esta pesquisa teve como foco os Conselhos escolares, que são colegiados formados pelos seguintes segmentos: pais, alunos, professores, funcionários e o Diretor da escola, que é considerado membro nato. Esse colegiado tem várias funções: deliberativas, consultivas, fiscais e mobilizadoras, as quais são essenciais para a gestão democrática das escolas públicas.

1.1 Gestão Democrática da Educação

Para iniciar a discussão sobre este tema, acrescenta-se o seguinte questionamento: *o que é Gestão Democrática?*

Etimologicamente a palavra gestão vem de “gentio”, que se origina do “gerere” e significa *trazer em, produzir*. E a palavra democracia vem do grego “demo” = povo e “cracia” = governo, ou seja, governo do povo; e da palavra democracia surge o termo derivado democrática, formando, assim, a expressão muito usada na área da educação que é a Gestão democrática.

Paro (2010, p.15) menciona que ao se falar em “gestão democrática da escola” já está necessariamente implícita a participação da população em tal processo.

Então, a gestão democrática nada mais é do que “uma forma de gerir uma instituição de maneira que possibilite a participação, transparência e democracia”. (BRASIL, 1998). Lück (2010) conceitua gestão da seguinte maneira:

O conceito de gestão, portanto, parte do pressuposto de que o êxito de uma organização social depende da mobilização da ação construtiva conjunta de seus componentes, pelo trabalho associado, mediante reciprocidade que cria um “todo” orientado por uma vontade coletiva. (LÜCK, 2010, p.21-22)

Essa vontade coletiva da qual se refere a autora é condição fundamental para que a educação se processe de forma efetiva no interior da escola. Para isso, o

gestor tem que criar condições para que a participação de todos os envolvidos ocorra de maneira real, e não “faz de conta”. Há casos que a participação é “escamoteada”, por exemplo, quando acontece uma assembléia de início de ano letivo para construir o Projeto Político Pedagógico da Escola, na verdade é para aprovar o que já está pronto, isso se pode dizer que é uma forma de participação manipulada e não efetiva. Segundo (LÜCK, 2010, p.33-34):

A participação efetiva na escola pressupõe que os professores coletivamente organizados, discutam e analisem a problemática pedagógica que vivenciam em interação com a organização escolar e que, a partir dessa análise, determinem caminhos para superar as dificuldades que julgarem mais carentes de atenção e assumam compromisso com a promoção de transformação nas práticas escolares.

Os princípios que norteiam a Gestão Democrática são (BRASIL, 1998):

- a) Descentralização: as decisões, as ações devem ser elaboradas e executadas de maneira não hierarquizada;
- b) Participação: todos os envolvidos no cotidiano escolar devem participar da gestão: professores, alunos, funcionários, pais ou responsáveis, pessoas que participam de projetos na escola e toda a comunidade ao redor da escola;
- c) Transparência: qualquer decisão e ação tomada ou implantada na escola tem que ser de conhecimento de todos.

Na história da educação, a reivindicação organizada dos profissionais para participar das discussões que envolvem seu trabalho e sua carreira é bem recente. O sistema capitalista passou por diversas fases, inclusive ditatoriais, e este processo levou as pessoas a lutarem pela conquista e garantia da democracia.

Nas escolas, os professores passaram a exigir a participação nas decisões sobre questões pedagógicas. Essas “reivindicações” tanto na área da educação quanto na política, que lutava pelas “diretas já”, revolucionou o Congresso Nacional e a Constituição Federal de 1988 foi a primeira a usar o termo “gestão democrática do ensino público”, reforçado mais tarde no texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996. A partir destas perspectivas, foi construída a democracia participativa em que os dirigentes são eleitos por votos dos cidadãos. Ser “cidadão”, nas palavras de Freire (2003, p.59), é ser “político”, com capacidade de questionar,

criticar, reivindicar, participar e contribuir para a transformação da sociedade, a fim de torná-la mais justa e igualitária.

Na sociedade, a escola pública, em todos os níveis e modalidades da Educação Básica, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, tem a função social de formar cidadãos, ou seja, construir conhecimentos e valores capaz de tornar o estudante crítico, participativo e com opinião própria. A instituição pública, agindo dessa forma, contribuirá para a democratização da sociedade, além de ser um lugar privilegiado para exercer a democracia. Nesse sentido, essa democracia participativa exige a gestão democrática na escola, e uma das estratégias para contribuir para gerir democraticamente a escola pública é o conselho escolar.

A constituição Federal de 1988 no seu art.206, mais tarde adotado pelo art. 3º da lei nº 9.394/96 (LDB), deixa claro que a gestão democrática do ensino público é um dos princípios que devem nortear a educação escolar. Portanto, é um desafio que a escola pública enfrenta e, para isso, tem que contar com a participação de todos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional reforça este entendimento ao contemplar no art. 14, o que segue:

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica de acordo com as peculiaridades, conforme os seguintes princípios: I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político pedagógico da escola; II – participação das comunidades escolares e local em conselhos escolares ou equivalentes (BRASIL, 1996).

Assim, como a constituição Brasileira é considerada a Carta Magna para os brasileiros, o Projeto Político Pedagógico é o documento que norteia o processo educacional. Diante disso, é muito importante que os pais, os professores, os alunos e funcionários se envolvam na construção desse projeto de acordo com a sua realidade e necessidades do contexto escolar em que está inserido. Mas, segundo Paro (2008), não é assim que funciona a democracia nas escolas públicas:

Na escola pública há que se considerar, também, que sua prática está tão perpassada pelo autoritarismo, que o discurso liberalizante mal consegue escamoteá-lo. Há pessoas trabalhando na escola, especialmente em postos de direção, que se dizem democratas apenas porque são “liberais” com alunos, professores, funcionários ou pais, porque lhes “dão abertura” ou “permitem” que tomem parte desta ou daquela decisão. Mas o que esse discurso parece não conseguir encobrir totalmente é que, se a participação

depende de alguém que dá abertura ou que permite sua manifestação, então a prática em que tem lugar essa participação não pode ser considerada democrática, pois democracia não se concede, se realiza: não pode existir “ditador democrático” (p. 18).

De acordo com o pensamento deste mesmo autor, não é possível caminhar para uma democratização da escola pública apenas com concessões de diretores, é preciso criar mecanismos que construam um processo democrático na escola. E esses mecanismos serão instituídos com a ajuda dos atores da escola, àqueles que atuam na escola e fora dela, a comunidade escolar. Esse “andar junto” é que vai dar subsídios para os diretores ser democráticos, de fato. Segundo, aponta Werle (2003, p.33):

Falar de participação na educação reporta a compreensão de que qualidade se busca com a inserção de todos os envolvidos nos processos de gestão. Problematizar as articulações entre compromisso técnico e o compromisso político pode contribuir para ampliar a compreensão da administração da educação.

Partindo dessa visão de gestão democrática, a escola pública deve estar pautada na participação da comunidade, desde a execução das metas até a tomada de decisões, sempre partilhada com todos os representantes da instituição pública. Nesse sentido, Paro (2008, p. 16) afirma que: “É importante ter sempre presente este aspecto para que não se tome a participação na execução como fim em si mesmo, quer como sucedâneo da participação nas decisões quer como maneira de escamotear a ausência desta última no processo”. E acrescenta dizendo que só teremos um ensino público de qualidade quando existir participação dos interessados.

Por isso, quando se reivindica um espaço de participação na unidade escolar, está-se considerando apenas uma dessas instâncias ou níveis. Parece-me, todavia, imprescindível que a participação aí se dê. Sem ela, não se fará uma escola verdadeiramente universal e de boa qualidade no Brasil (Id., p.17).

Mas essa participação da comunidade na escola, assim como todo processo democrático se dá aos poucos, ultrapassando barreiras. Ainda para o autor supracitado não existem fórmulas prontas. “Se essas fórmulas existissem, estou certo de que já teriam sido aplicadas por inúmeros de educadores e administradores

escolares bem-intencionados, que se vêm permanentemente às voltas com as enormes dificuldades que se antepõe à participação no âmbito da prática escolar” (IBID. p.17). O primeiro passo é livrar-se das amarras do autoritarismo, que ainda existe nas direções das escolas públicas.

Acredita-se que, para que o autoritarismo deixe de existir em certas escolas públicas no Brasil, é preciso criar subsídios para que haja a participação de todos na escola, e o Conselho Escolar é um exemplo de democratização da escola pública. Segundo o entendimento de Antunes (2002):

Nas escolas em que os Conselhos Escolares têm efetivamente atuado, o autoritarismo normalmente diminui e a escola mostra-se mais sensível às necessidades e aos problemas, sobretudo de pais e de alunos, possibilitando a participação de toda a comunidade na definição dos rumos que a escola deve tomar (p.21).

No Estado do Rio Grande do Sul, por exemplo, todas as escolas públicas estaduais têm Conselho Escolar, pois é assegurada por lei, a Lei 10.576/95 (alterada pela Lei nº11. 695/2001) que trata da Gestão Democrática do Ensino Público no estado. E a existência desse colegiado é um subsídio para haver a participação da comunidade, principalmente no que se refere à função de fiscalizar as finanças da escola. Com vistas nisso, a Lei de Gestão Democrática do Ensino Público do RS, sob o nº 11.576/95, abre espaços através do art. 1º, quando evidencia como princípios.

- I - autonomia dos estabelecimentos de ensino na gestão administrativa, financeira e pedagógica;
- II - livre organização dos segmentos da comunidade escolar;
- III - participação dos segmentos da comunidade escolar nos processos decisórios em órgãos colegiados;
- IV - transparência dos mecanismos administrativos, financeiros e pedagógicos;
- V - garantia da descentralização do processo educacional;
- VI - valorização dos profissionais da educação;
- VII - eficiência no uso dos recursos (ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 1995).

Para que os princípios citados sejam colocados em prática faz-se necessário ampliar os diferentes espaços educativos para a comunidade escolar, através dos

representantes de cada segmento do Conselho Escolar, para que juntos, com a equipe gestora, os processos decisórios sejam transparentes.

1.2 Conselho Escolar

No contexto das escolas públicas fala-se muito em reunião do Conselho Escolar, mas afinal *o que são Conselhos Escolares?* Segundo a definição de Antunes (2002, p.21) O Conselho Escolar é um colegiado formado por todos os segmentos da comunidade escolar: pais, alunos, professores, direção e demais funcionários. Através dele, todas as pessoas ligadas à escola podem se fazer representar e decidir sobre aspectos administrativos, financeiros e pedagógicos. Assim, esse colegiado torna-se não só um canal de participação, mas também um instrumento de gestão da própria escola. O diretor de escola é membro nato do Conselho escolar, e, obviamente, àqueles que compactuam com a gestão democrática sentem-se seguros em contar com a participação desse colegiado. Assim, os gestores terão respaldo em qualquer decisão que forem tomadas em conjunto, pois todos objetivam um ensino de qualidade.

No processo de elaboração do projeto político pedagógico da escola, compete ao Conselho escolar dar opiniões, questionar, definir prioridades para realidade daquela escola, pois esse projeto não é uma “receita” que serve para qualquer escola, ele tem que ser construído, conjuntamente, dia após dia com todos os envolvidos no ambiente escolar. Se o projeto político pedagógico fosse elaborado apenas por especialistas, certamente, não conseguiriam representar os anseios da comunidade escolar, por isso ele deve ser elaborado, coordenado e acompanhado pelos co-responsáveis de todos os membros da comunidade escolar.

Além da Lei de Diretrizes e Bases que foi citada, anteriormente, tem o Plano Nacional de Educação – PNE, aprovado pela Lei nº 10.172/2001, que estabelece como meta a criação de Conselhos Escolares nas escolas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. No Plano Nacional de Educação está expressa a necessidade de “promover a participação da comunidade na gestão das escolas, universalizando, em dois anos, a instituição de Conselhos Escolares ou

órgãos equivalentes” (PNE, 2001). Portanto, cabe ao diretor da escola ou a qualquer representante do segmento da comunidade escolar proporcionar a criação desse colegiado, convocando a todos para organizar as eleições.

Há toda uma legislação educacional, definida pelos espaços parlamentares competentes que podem favorecer a gestão democrática na escola através da criação dos Conselhos Escolares atuantes e participativos. A autonomia da escola para experienciar uma gestão participativa está prevista no art. 17 da LDB, que afirma: “os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público” (BRASIL, 1996). Acrescenta-se, também, a Lei Estadual (RS) Nº 10.576, de 14 de novembro de 1995 (alterada pela Lei Nº 11.695/2001), que dispõe sobre a Gestão Democrática do ensino Público e na Seção IV estabelece o seguinte sobre os Conselhos Escolares:

Art.40 – Os estabelecimentos de ensino estaduais contarão com Conselhos Escolares constituídos pela direção da escola e representantes dos segmentos da comunidade escolar (ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 1995).

Art. 41 – Os Conselhos Escolares, resguardados os princípios constitucionais, as normas legais e as diretrizes da Secretaria da Educação, terão funções consultiva, deliberativa e fiscalizadora nas questões pedagógico-administrativo-financeiras (Ibid.).

Art. 42 – São atribuições do Conselho Escolar, dentre outras: (ibid.).

- I – elaborar seu próprio regimento;
- II – criar e garantir mecanismos de participação efetiva e democrática da comunidade escolar na definição do Plano Integrado da Escola;
- III – adendar, sugerir modificações e aprovar o Plano Integrado da Escola;
- IV – aprovar o Plano de aplicação financeira da escola;
- V – apreciar a prestação de contas do Diretor.

Então, pode-se dizer que a LDB, o PNE e a Lei de Gestão de Gestão Democrática do Ensino Público (Lei 11.695/2001) são instrumentos que dão respaldo legal às iniciativas de fortalecimento da gestão democrática nas escolas públicas. Através desses instrumentos e, também com o comprometimento dos envolvidos no âmbito escolar será possível construir uma educação básica verdadeiramente cidadã, onde efetivamente todos os envolvidos participem em busca de um ensino de qualidade.

Em 2004 foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares (PNFCE)¹ que tem por objetivo desenvolver ações que visam ampliar a participação das comunidades escolar e local na gestão administrativa, financeira e pedagógica das escolas públicas. Todas as ações do Programa são desenvolvidas em parceria com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação e com as Universidades Federais. O que fortalece o regime de co-participação entre os sistemas de ensino, previsto na LDB. Esse programa visa a participação de todos os segmentos da comunidade escolar e local, através da motivação e capacitação para participar da gestão da escola, inclusive nas ações da fiscalização das aplicações dos recursos financeiros e da implementação do projeto político pedagógico da escola.

Então, o Programa de Fortalecimento dos Conselhos Escolares foi criado para dar suporte o que dispõe na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB no que se refere aos princípios da gestão democrática do ensino público e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares; e, também atende o disposto no Plano Nacional de Educação – PNE, que estabelece como meta a criação de Conselhos Escolares nas escolas de ensino básico.

Segundo o PNFCE (2004) visando uma educação de qualidade o Conselho Escolar têm as seguintes funções:

Deliberativas: quando decidem sobre o projeto político-pedagógico e outros assuntos da escola, aprovam encaminhamentos de problemas, garantem a elaboração de normas internas e o cumprimento das normas dos sistemas de ensino e decidem sobre a organização e o funcionamento geral das escolas, propondo à direção as ações a serem desenvolvidas. Elaboram normas internas da escola sobre questões referentes ao seu funcionamento nos aspectos pedagógico, administrativo ou financeiro².

¹ A Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, por meio da Coordenação-Geral de Articulação e Fortalecimento Institucional dos Sistemas de Ensino do Departamento de Articulação e Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino, vem desenvolvendo ações no sentido de implementar o Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares (BRASIL, 2004, p.7).

² Faz parte dessas funções a elaboração do Regimento Interno do Conselho Escolar e do regimento Escolar. No Regimento Interno, estarão contidas as normas restritas ao funcionamento do Colegiado. No regimento Escolar, situam-se as normas que regulamentam a escola como um todo (BRASIL, 2004, p.39).

Consultivas: quando têm um caráter de assessoramento, analisando as questões encaminhadas pelos diversos segmentos da escola e apresentando sugestões ou soluções, que poderão ou não ser acatadas pelas direções das unidades escolares.

Fiscais: quando acompanham a execução das ações pedagógicas, administrativas e financeiras, avaliando e garantindo o cumprimento das normas das escolas e a qualidade social do cotidiano escolar.

Mobilizadoras: quando promovem a participação, de forma integrada, dos segmentos representativos da escola e da comunidade local em diversas atividades, contribuindo assim para a efetivação da democracia participativa e para a melhoria da qualidade social da educação.

De acordo com Antunes (2002) os Conselhos Escolares podem desempenhar as seguintes funções: consultiva, deliberativa, normativa e fiscal. Destacam-se aqui as mais freqüentes que são as de natureza consultiva e deliberativa.

O Conselho de natureza consultiva, como o próprio nome diz, não toma decisões; apenas é consultado em relação aos problemas da escola. Sua função é sugerir soluções que poderão, ou não, ser encaminhadas pela direção. Nos próprios documentos, a descrição de suas atribuições geralmente vem marcada por verbos como acompanhar, analisar, apreciar, assessorar, avaliar, discutir, opinar e propor. Já nos documentos sobre Conselhos de natureza deliberativa, a redação das atribuições apresenta, além daqueles, outros verbos como definir (diretrizes), elaborar, aprovar, decidir, indicar, garantir, arbitrar, eleger, deliberar, etc., que mostram como estes Conselhos, os deliberativos, possuem maior força de atuação e de poder na escola (ANTUNES, 2002, p.22-23).

A concepção apresentada pelo autor, quando analisada sob o aspecto semântico dos verbos utilizados nas atribuições do Conselho escolar, pode não ser muito esclarecedora de modo a revelar o que significa, na prática, trabalhar com um conselho deliberativo ou consultivo. Por exemplo, opinar é diferente de decidir; a responsabilidade de opinar é menor do que a de decidir. Sob esta ótica, acredita-se que para se obter a participação efetiva de todos os envolvidos no processo decisório, deve-se oportunizar espaços para que a comunidade escolar participe, de modo efetivo e com comprometimento na construção de uma escola que tenha como finalidade uma educação cidadã e de qualidade para todos. Diante desta perspectiva, compartilha-se do entendimento de que o Conselho de natureza

deliberativa é o que melhor pode contribuir efetivamente para a democratização e autonomia da escola.

1.3 Comunidade Escolar

A integração entre a escola e a comunidade da qual essa instituição de ensino está inserida é essencial para construir um processo de democratização. Essa conversa entre comunidade escolar e local já acontece em várias cidades brasileiras, onde professores, alunos, funcionários e moradores das comunidades onde as escolas estão localizadas, juntamente com o poder público local assumem para si a responsabilidade de construir um Projeto de Educação e gestão participativa.

A Revista Reconstruir (2009), edição eletrônica, editou uma entrevista de Freire, onde ele sugere que é importante convocar os que vivem em torno da escola e dentro dela para que tomem um pouco o destino da escola em suas mãos. Nela afirma:

Tudo o que a gente puder fazer, no sentido de abrir mais a escola, no sentido de provocar, pedir, desafiar estudantes, merendeiras, zeladores, vigias, diretores de escola, coordenadores pedagógicos, pais, médicos, dentistas, alunos, vizinhos da escola, tudo o que a gente puder fazer para convocar os que vivem em torno da escola e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem um pouco o destino da escola na mão, também. Tudo o que a gente puder fazer nesse sentido é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós, que é o de assumir esse país democraticamente, que é o de ter voz, o de ganhar voz e não apenas o de falar, não apenas o de dar bom-dia. Ora, o conselho de escola é um dos momentos, é um dos meios de que a gente pode se servir, se é que eu posso usar esse verbo, nessa luta pela democratização da escola e pela democratização do ensino no Brasil (2009, s.p).

Percebe-se que há certo entendimento, principalmente entre diretores de escola e professores, de que a Comunidade não tem interesse em participar nas decisões da escola, mas pesquisas que tem sido feitas quanto à participação da comunidade no âmbito escolar tendem a revelar que essa percepção não se consolida na realidade das escolas. Na verdade o que ocorre, muitas vezes, é a

resistência da própria instituição de ensino em convidar a comunidade para participar. Paro menciona que:

A falta de aproximação, dessa postura de ouvir o outro, parece explicar em grande parte o fracasso de iniciativas paternalistas de gestão colegiada e de participação que, por mais bem-intencionadas que sejam, procuram agir “em nome da comunidade”, sem antes ouvir as pessoas e os grupos pretensamente favorecidos com o processo e sem dar-lhes acesso ao questionamento da própria forma de “participação” (2008, p.27).

A cultura da comunidade faz parte do estudante, quando ele ingressa na escola traz consigo uma bagagem de conhecimento e costumes adquiridos na comunidade de onde ele vive. Ali o aluno aprende os seus primeiros hábitos, atitudes, sentidos e competências. Por todas essas razões é que a família e a escola têm que andar lado a lado, para juntos desenvolver o processo da formação escolar. Navarro (2004, p.11,) aborda que: “A cultura, o saber e o patrimônio cultural da comunidade são parte integrante e indispensável do currículo de uma escola que contribui para a formação humana das crianças, adolescentes e jovens”. Para que a escola ofereça essa contribuição é preciso respeitar a história de vida dos alunos, seus valores, sua sensibilidade e outras características do indivíduo, adquiridos na convivência com a comunidade.

Capítulo 2 – METODOLOGIA DA PESQUISA

Esse capítulo apresenta os procedimentos metodológicos utilizados para a realização do presente estudo. Dessa forma, será abordado o desenho conceitual da pesquisa, as estratégias de pesquisa e o método adotado, os sujeitos pesquisados e a técnica de coleta e análise de dados.

2.1 Desenho da Pesquisa

O desenvolvimento do estudo constou de três etapas ou fases, denominadas de *Fase 1 – Etapa Inicial e Aporte Teórico*; *Fase II – Operacionalização do Estudo*; *Fase III – Resultados e Considerações*. Estas fases encontram-se consubstanciadas na abordagem sugerida por Hair *et al.* (2005b), ao mencionar que o processo de pesquisa compreende a *formulação, execução e análise*.

Com o objetivo de permitir uma melhor compreensão da trajetória do estudo, apresenta-se uma síntese na Figura 1.

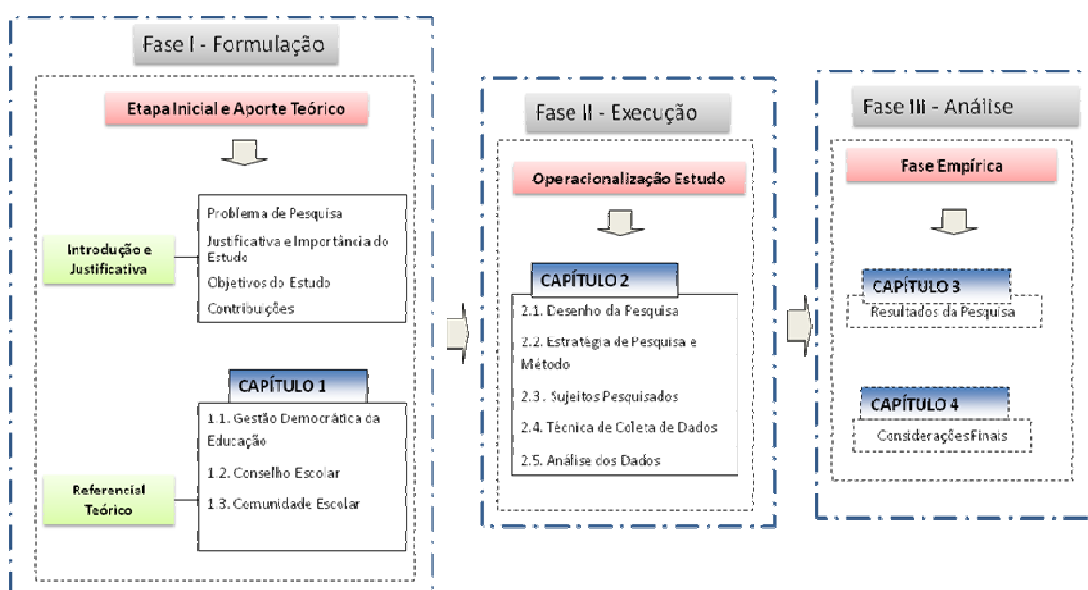


Figura 1 – Processo de pesquisa
Fonte: elaborado pela autora

A fase I teve como foco a definição da problemática, dos objetivos e justificativa do estudo. Nesta fase também foi apresentada a base teórica que alicerçou o desenvolvimento do estudo, ancorada em três pontos principais: Gestão Democrática da Educação, Conselho Escolar e Comunidade Escolar. A fase II refere-se a execução do estudo contemplando os procedimentos metodológicos que possibilitaram a operacionalização da pesquisa. A fase III contemplou a etapa analítica, constando da apresentação e discussão dos resultados, bem como as considerações finais do estudo.

Visando facilitar e ampliar a compreensão do presente estudo, apresenta-se na figura 02, uma síntese do modelo de pesquisa realizado.

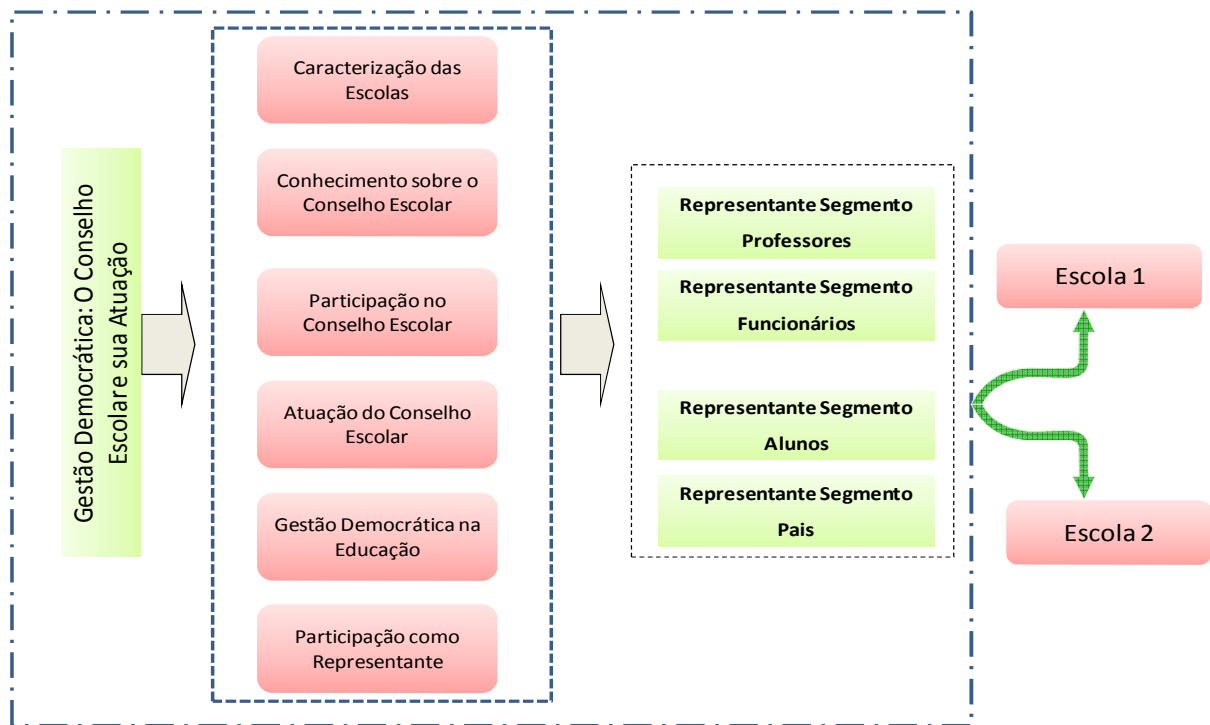


Figura 2 – Desenho da pesquisa

Fonte: elaborado pela autora

2.2 Estratégia de Pesquisa e Método Adotado

A presente pesquisa se caracteriza por ser de caráter qualitativo. Segundo Sampieri, Lucio e Collado (2006), a pesquisa qualitativa aprofunda a riqueza interpretativa, a contextualização do ambiente, os detalhes e as experiências únicas.

No entendimento de Minayo e Sanches (1993) as pesquisas qualitativas objetivam possibilitar ao pesquisador a compreensão acerca de determinado fenômeno, no qual se pretende investigar a sua complexidade interna. Vieira ainda ratifica (2005) ao mencionar que a pesquisa qualitativa possibilita aprofundar os conhecimentos sobre determinado assunto, atribuindo importância fundamental à descrição detalhada dos fenômenos e dos elementos que o envolvem.

Visando responder ao problema de pesquisa e atingir os objetivos propostos, realizou-se uma pesquisa descritiva, a qual, no entendimento de Triviños (2007) tem por objetivo descrever com exatidão fatos e fenômenos de determinada realidade. Para este mesmo autor, pesquisas descritivas visam informar o pesquisador sobre situações, fatos, opiniões ou comportamentos da população analisada. Complementando estes aspectos, Collis e Hussey (2005, p. 24) advogam que a pesquisa descritiva “é a pesquisa que descreve o comportamento dos fenômenos. É usada para identificar e obter informações sobre as características de um determinado problema ou questão”.

O método mais adequado para esta pesquisa é o do estudo de casos múltiplos (YIN, 2006), pois as unidades de análise são duas escolas estaduais localizadas na cidade de Santa Maria-RS. Em relação ao método, o presente estudo foi classificado como estudo de casos múltiplos, pois este investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos (YIN, 2006). Além disso, Yin (2006) postula que estudos de caso único e estudos de casos múltiplos não apresentam distinções significativas, diferenciando-se basicamente pelo número de contextos investigados, permanecendo dentro de uma mesma estrutura metodológica.

Ainda segundo o entendimento do autor supracitado, a preferência pelo uso do estudo de caso deve ser dada quando do estudo de eventos contemporâneos, em situações onde os comportamentos relevantes não podem ser manipulados, mas onde é possível se fazer observações diretas e entrevistas sistemáticas. É pautada nessas declarações que a pesquisa foi desenvolvida nesta abordagem (ID).

2.3 Escolha das Escolas Estudadas e dos Sujeitos Entrevistados

A presente pesquisa foi realizada em duas escolas públicas estaduais, cuja caracterização é apresentada no capítulo 3 que aborda a discussão e apresentação dos resultados. Convém destacar que, o critério de escolha das escolas públicas estaduais foi feita de maneira intencional e por conveniência, que, segundo Hair *et al.* (2005), envolve a seleção de elementos que estejam disponíveis e que podem oferecer as informações necessárias para a realização do estudo. A Escola denominada Escola Nº 1, foi escolhida pelo fato da pesquisadora possuir vínculo de trabalho; e a Escola Nº 2 foi escolhida em função da acessibilidade, receptividade, localização, clientela e pela disponibilidade dos gestores e entrevistados em participar da pesquisa.

Os entrevistados foram participantes dos Conselhos Escolares das Escolas pesquisadas representantes dos segmentos dos professores, dos funcionários, dos alunos e dos pais. Participaram da pesquisa vinte e duas pessoas, sendo treze participantes da Escola Nº 1, assim distribuídos: um diretor, seis professores, dois alunos, dois pais e dois funcionários; e nove participantes da Escola Nº 2, sendo: um diretor, dois professores, dois pais, dois funcionários e dois alunos.

2.4 Técnica de Coleta dos Dados

A coleta de dados qualitativos ocorreu através de questionários com questões abertas que foram distribuídos pela pesquisadora aos entrevistados, sendo prestadas informações aos respondentes sobre os objetivos da pesquisa. Foram distribuídos no total trinta questionários, quinze em cada escola, e foram respondidos vinte e dois questionários, sendo treze da Escola Nº 1 e nove da Escola Nº 2, como mencionado na seção anterior.

O questionário foi elaborado conforme algumas regras práticas sugeridas por Gil (2007), onde o autor aponta para a importância de que as perguntas sejam formuladas de maneira clara, concreta e precisa. Assim, foram utilizadas perguntas

abertas com intuito de que os colaboradores pudessem se expressar espontaneamente e com as suas próprias palavras. Outro aspecto a ser destacado em relação à elaboração das perguntas é que foram preparadas questões diferentes para cada representante dos segmentos do Conselho da escola, embora algumas questões se repetiram, pois eram perguntas comuns aos segmentos.

2.5 Análise dos Dados

Os dados foram analisados qualitativamente através do procedimento Análise de Conteúdo, descrito por Bardin (1979, p.42) como:

Um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção de mensagens.

A análise de conteúdo, segundo o entendimento de Bardin (1979) pressupõe três fases essenciais denominadas: pré-análise, descrição analítica e interpretação referencial. A Figura 3 ilustra como os dados da presente pesquisa foram analisados, considerando-se as três fases propostas por Bardin (1979).

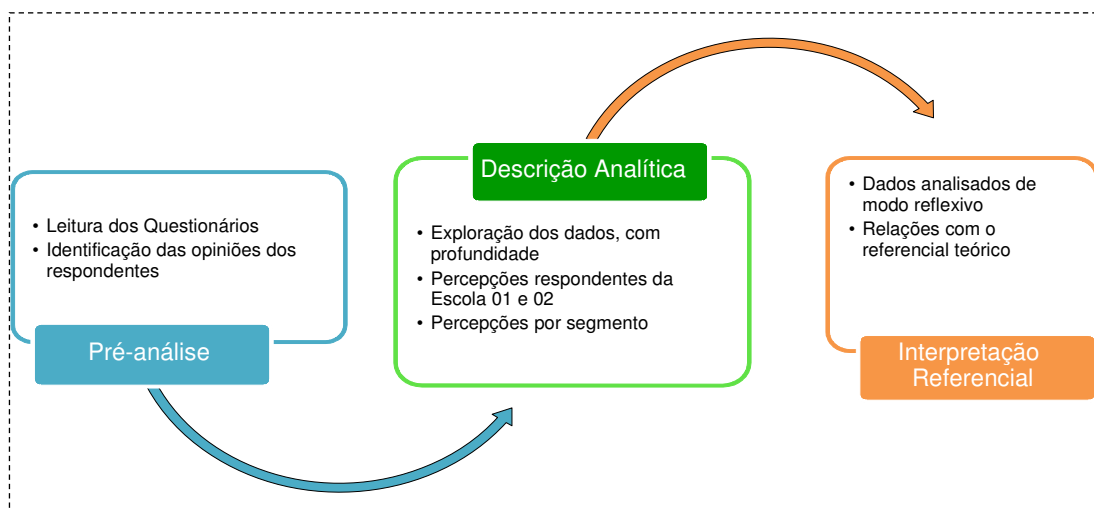


Figura 3 – Fases Análise dos Dados

Fonte: elaborado pela autora

Na fase de pré-análise, os questionários foram lidos com atenção no sentido de identificar opiniões que permitissem atingir os objetivos propostos no estudo, bem como mapear temas emergentes. Na fase de descrição analítica procurou-se explorar os dados coletados, com maior profundidade, analisando-se as percepções dos respondentes da Escola Nº 01 e Nº 02, por segmento representado no estudo. Na fase de interpretação referencial, os dados foram analisados de modo reflexivo, procurando-se estabelecer relações com o referencial teórico que balizou o desenvolvimento do estudo.

Capítulo 3 – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

No presente capítulo, são apresentados os resultados do estudo, alinhados com os objetivos propostos na seção introdutória. Assim, a apresentação e discussão dos resultados foi organizada contemplando os seguintes aspectos: caracterização das escolas estudadas, conhecimento sobre o Conselho Escolar, atuação do Conselho Escolar, Gestão Democrática na Educação e participação dos representantes no Conselho Escolar.

Estes construtos foram analisados segundo a perspectiva dos entrevistados, considerando-se o segmento de atuação no referido Conselho. A realização da coleta de dados contemplando todos os segmentos do Conselho Escolar foi pautada na legalidade desse colegiado, pois a sua existência está assegurada pela Constituição Federal de 1988, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 e, também pela legislação do Rio Grande do Sul, Lei 10.576/95 (alterada pela Lei 11.695/2001), que é a lei de Gestão do Ensino Público no Estado. Portanto, se é assegurado por lei subentende-se que todas as escolas públicas estaduais tenham um Conselho Escolar, resta saber se é atuante ou não. Através da pesquisa analisou-se a participação dos segmentos do Conselho Escolar. Como mencionado anteriormente, cada Escola terá um cognome, assim como cada segmento do Conselho Escolar. A Escola Nº 1 encontra-se localizada na zona sudeste do município de Santa Maria e a de Nº 2 localiza-se na zona oeste.

É no sentido da participação de todos que Paro (2008, p.12) acredita que o Conselho Escolar é uma estratégia de democracia na escola, mas tem que ser lapidada, pois “ele ainda é um instrumento imperfeito, já que existem problemas institucionais para sua instalação de modo satisfatório nas escolas”. Então, a escola tem que se articular e juntar forças para lapidar esse colegiado que é tão importante para a democratização da instituição de ensino. Segundo Werle:

Os Conselhos Escolares, hoje, estão definitivamente implantados nas escolas públicas estaduais do Rio Grande do sul. Suas atribuições pedagógicas, administrativas e financeiras e suas competências fiscalizadoras, consultivas e deliberativas comprometem-nos com a totalidade da vida da escola (2003, p.21).

A autora confirma a existência do Conselho Escolar em todas as escolas públicas estaduais do Rio Grande do Sul, pois a gestão dos recursos, que é repassado trimestralmente pelo Estado, exige órgãos representativos que se responsabilizem por essas verbas, juntamente com a Direção da escola. E os membros do Conselho Escolar são esses co-responsáveis pelos repasses.

3.1 As Escolas Estudadas

O cenário dessa investigação, como mencionado no capítulo da metodologia, ocorreu em duas escolas públicas do Estado do Rio Grande do Sul, no município de Santa Maria, no período de março a julho de 2001. Cada escola apresenta características peculiares, uma localizada em um bairro considerado nobre de Santa Maria, a outra localizada na periferia, próxima a maior favela do município. No decorrer do trabalho as escolas foram denominadas de Escola Nº 1 e Escola Nº 2.

3.1.1 Caracterização da Escola Nº 1

A primeira escola citada no contexto da investigação é denominada de Escola Nº 1, foi fundada em 1962, caracteriza-se por uma escola pública estadual de ensino fundamental, subordinada a 8ª Coordenadoria de Educação, localizada no município de Santa Maria / RS, na região centro-leste do município, pertence a um bairro considerado nobre da cidade.

A Escola atende um total de 730 alunos, conforme o último Censo Escolar que encerrou no mês de Julho de 2011. Esse total de alunos está distribuído no Ensino Fundamental - Anos iniciais e Séries finais. A Escola vem se adaptando as mudanças normativas de ampliação do Ensino Fundamental de oito para nove anos, conforme a Lei nº 11.274/2006 que altera a Lei nº 9394/1996. Portanto, o Ensino Fundamental de nove anos, nessa escola, fica assim distribuído: 1º, 2º, 3º, 4º e 5º ano; e o Ensino Fundamental de oito anos: 5ª, 6ª, 7ª e 8ª séries. Conforme

legislação da instituição, o Ensino Fundamental de oito anos de duração extinguirá gradualmente a estrutura curricular vigente, e isso só ocorrerá em 2014. Do total de alunos da escola, trinta possui necessidades educativas especiais incluídos na classe regular e sete freqüentam a Classe Especial. O total de professores efetivos é de cinquenta e oito (58), e possui quinze funcionários (15).

A equipe diretiva da Escola Nº 1 é formada de uma professora no exercício de direção e duas professoras na vice-direção, uma para o turno da manhã e outra para o turno da tarde, duas professoras para o Serviço de Supervisão Escolar, duas profissionais para o Serviço de Orientação Educacional (SOE) e uma coordenadora para cada turno. A escola dispõe de Sala de Recurso e uma Classe Especial, onde atuam duas profissionais de Educação Especial, além de contar com o Atendimento Educacional Especializado (AEE)³.

A estrutura física da escola é muito boa e bem conservada, possui quinze salas de aula, um laboratório de ciências, uma sala digital, uma biblioteca, mecanografia, secretaria, sala dos professores, cozinha, sala de finanças, banheiros, sala da supervisão, sala do SOE, Sala de Recurso e um Ginásio Poliesportivo, com banheiros, salas de dança e palco. A escola possui dois turnos de aula, o turno da manhã é das 7h 40min às 12h e o turno da tarde das 13h 15min às 17h 30min, com exceção das quartas-feiras que os alunos saem mais cedo, por motivo de reunião pedagógica. Os períodos são reduzidos e os alunos do turno da manhã saem às 10h e os da tarde às 15h 30min.

Segundo o Projeto Político Pedagógico a Escola busca educar cidadãos criativos, críticos que saibam interagir individual e coletivamente, dando oportunidade para os alunos crescerem intelectual, psicológica e fisicamente. Assim, constatou-se que:

[...] a Escola busca educar pessoas que sejam capazes de fazer coisas novas, que sejam criativas, inovadoras, responsáveis, autônomas e críticas, que possam construir conhecimentos, não apenas copiá-los, em uma sociedade de constantes transformações. Inserida em sua filosofia está a busca por contribuir para a construção de uma sociedade formada por cidadãos éticos, politizados com conhecimento e valores necessários para que o ser humano possa ser feliz dentro de suas relações interpessoais,

³ O AEE é um serviço da educação especial que [...] identifica, elabora, e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas (SEESP/MEC, 2008).

respeitando as diferenças individuais. O respeito às diferenças individuais ganha destaque, visto que a escola possui um grande número de alunos com necessidade educativas especiais (RIO GRANDE DO SUL, PPP, p.1)

Segundo o referido documento a Escola Nº 1 busca a inclusão do indivíduo no mundo das relações regidas pelo princípio de igualdade e o respeito ao próximo. Como uma das metas se destaca:

[...] pesquisar a fonte geradora de graves problemas disciplinares e identificar as causas, para que possamos pensar coletivamente em soluções adequadas. Geralmente ataca-se o efeito que a indisciplina produz: o aluno indisciplinado [...]. Nosso objetivo primordial é formar seres humanos conscientes de seu papel, de seus direitos, limites e deveres, integrando-os na sociedade de forma salutar (RIO GRANDE DO SUL, PPP, p.9).

Além da referida meta, que visa identificar os problemas e resolvê-los coletivamente, as outras metas da escola também estão voltadas para desenvolver a democracia no âmbito escolar, que entenda a problemática social, construa conhecimento e seja espaço permanente para diálogo

Para resolver os problemas relacionados a tudo que envolve uma instituição de ensino, seja da parte administrativa, financeira ou pedagógica (avaliação, planejamento, problemas de indisciplina, agressividade, etc.), é tratado nas quartas-feiras, dia em que os alunos saem mais cedo para que os professores possam se reunir, com o objetivo de tomar conhecimento dos acontecimentos no âmbito escolar e tentar resolvê-los coletivamente. São nesses encontros, também, que acontece a formação continuada dos professores.

A Escola Nº 1 tem parceria com alguns projetos como, por exemplo, aulas de música, aulas de dança, de xadrez, Educação Fiscal, PIBID⁴ (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência) da UNIFRA e da UFSM. Além dos projetos a escola oportuniza aos alunos viagens de estudo como: Museu da Ciência e Tecnologia da PUCRS, Porto de Rio Grande, City Tour de Santa Maria até a Quarta

⁴ O PIBID é um programa que oferece bolsas de iniciação à docência aos alunos de cursos presenciais que se dediquem ao estágio nas escolas públicas e que, quando graduados, se comprometam com o exercício do magistério na rede pública. O objetivo é antecipar o vínculo entre os futuros mestres e as salas de aula da rede pública. Os alunos têm direito a uma bolsa de R\$350,00, e os supervisores, que são os professores das disciplinas nas escolas onde os estudantes universitários vão estagiar, recebem bolsa de R\$ 600 por mês.

Colônia. E também, proporciona uma viagem de lazer para as turmas de 8^{as} séries, que é a tradicional viagem dos formandos.

Pelas razões descritas acima é que se justifica a escolha dessa instituição de ensino para realizar o trabalho de pesquisa, além de ser o local de trabalho da pesquisadora.

3.1.2 Caracterização da Escola Nº 2

A segunda escola citada no contexto da investigação é denominada de Escola Nº 2, foi fundada no ano de 1980, caracteriza-se por uma Escola Pública Estadual de Ensino Fundamental, subordinada a 8^a Coordenadoria de Educação, localizada no município de Santa Maria / RS, na região oeste do município. A Escola tem aproximadamente 1.741 alunos e oferece o Ensino Fundamental e Ensino Médio em três turnos, na forma de seriado. A Escola apresenta em seu corpo discente crianças portadoras de necessidades educativas especiais. Tais crianças são trabalhadas nas turmas regulares. Percebe-se, no entanto, a necessidade de prover um ambiente onde, paralelo ao trabalho efetivado na turma, seja oferecida atividades que desenvolvam ao máximo as potencialidades destes alunos, com vistas a uma melhor integração pessoal-social.

O quadro de trabalhadores em educação é formado por 115 professores e 30 funcionários. Possui um privilegiado espaço físico, uma estrutura ampla e moderna, com recursos materiais diversos para o desenvolvimento do trabalho educacional.

O Projeto Político Pedagógico foi construído na Constituinte Escolar 2001-2003. A partir de 2007 com a nova gestão (2007 a 2009) ele passou a ser avaliado e reconstruído. A metodologia utilizada para a avaliação do PPP fez-se através de encontros, reuniões, trabalhos em grupo e análise da realidade.

Após a tabulação das respostas algumas questões foram priorizadas, tais como, a distância entre a proposta do PPP e a ação, o comprometimento da escola e da família, melhorar a qualificação, a falta de espaço para criar vínculos, a inclusão, a reprovação, a metodologia e a formação continuada.

A partir do momento que o Projeto foi avaliado, imediatamente medidas necessárias foram sendo tomadas, destacando palavras chave do Projeto como: ética, gestão democrática, diversidade, comprometimento, conhecimento da realidade local, flexibilidade, coletivo, pluralidade, participação, articulação e qualidade pedagógica.

Outro avanço nas propostas é a escolha de um tema gerador (meio ambiente, família e valores), que assegura a caminhada em busca da interdisciplinaridade e garante a unidade nos três turnos da escola. Ainda, para garantir o objetivo da escola que visa uma educação humanista, várias ações vêm acontecendo no processo de reconstrução, como a parceria com instituições de ensino e programas governamentais como Escola Aberta, Mais Educação, Acelera, Se Liga, PIBID (Programa Institucional de Iniciação à Docência).

Nesse processo de reconstrução uma questão vem merecendo estudo e reflexão: as avaliações aplicadas aos alunos, que ainda não correspondem ao ideal da educação humanizadora, consistindo em uma avaliação meramente “bancária”. No entanto, existem atualmente estudos e análises para a realização dessa mudança, sendo essa reconstrução feita com a participação de todos na escola.

Existe uma coerência entre os atos da Escola Situacional, Conceitual e Operacional e uma clara evidência que o PPP está constantemente sendo avaliado e reconstruído, um exemplo disso é o atual estudo de mudança nos Conselhos de Classe.

A escola está totalmente envolvida com a comunidade através de reuniões de pais, Conselho Escolar, Círculo de Pais e Mestres, Escola Aberta, entre outros. Provavelmente o fato mais inovador da escola está nas parcerias (anteriormente citadas neste texto), que tem garantido um envolvimento maior da escola com a comunidade, fator essencial para uma educação de qualidade.

O que ficou claro no PPP da Escola Nº 2 é a preocupação com a democratização da escola, incentivar através das ações a participação de todos os envolvidos no âmbito escolar, como pode-se observar a seguir:

Realizar reuniões periódicas onde a comunidade participe da elaboração do calendário escolar, prevendo tempo para estudo e debate sobre as práticas pedagógicas.

Promover Conselhos de Classe coma participação dos quatro segmentos da comunidade escolar, onde a ação e reflexão possam ser debatidos.

Fortalecer o Grêmio Estudantil e o Conselho Escolar como espaços representativos dos segmentos da comunidade escolar, de exercício da democracia participativa e de capacitação política e formação de liderança. Incentivar a participação da comunidade escolar no Orçamento Participativo como forma de potencializar o desenvolvimento na região. Por meio de encontros coordenados pelos representantes da administração escolar, buscar superar dificuldades, debater questões que sejam do interesse da comunidade na qual a escola está inserida, bem como venham favorecer a democratização da gestão na escola (RIO GRANDE DO SUL, PPP, p.9).

Esta escola está inserida na periferia e a sua clientela é de baixa renda, pessoas que enfrentam dificuldades variadas, tendo em vista uma significativa parcela ser oriunda de um assentamento próximo, onde os problemas são muitos: falta de infra-estrutura, saneamento básico, desemprego, violência e drogas. Por essas razões houve a preocupação da equipe gestora em trazer projetos que envolvam os alunos e a comunidade escolar fora dos horários de aula, como por exemplo, o Projeto Escola Aberta para a Cidadania, como o próprio nome já diz a escola é aberta aos finais de semana para os alunos e a comunidade se reunir e aprender várias oficinas, inclusive dadas por pessoas da comunidade, como muitos pais, que ensinam o que sabem. O objetivo desse programa é desenvolver atividades pedagógicas, socioculturais, esportivas e de lazer nos finais de semana, realizar a integração com as famílias dos alunos e a comunidade, com intuito de melhorar a qualidade de ensino.

A Escola Nº 2 foi, também, foi escolhida para o cenário dessa pesquisa pelo ambiente acolhedor e a receptividade dos colaboradores e equipe gestora.

3.2 Apresentação e Discussão dos Resultados da Escola Nº 1

Ao se analisar o conhecimento e atuação do Conselho Escolar, segundo a perspectiva dos representantes dos pais dos alunos da Escola Nº 1, foi constatado que o Conselho Escolar tem uma atuação significativa na organização da gestão escolar e que os membros integrantes do Conselho são bastante participativos. Quando questionados sobre o que seria o Conselho Escolar, se quando foram convidados sabiam do que se tratava este Conselho, as respostas de alguns representantes concentraram-se nos seguintes aspectos:

Eu sabia que esse colegiado era um órgão instituído de apoio na Escola, apoio para as decisões da Direção, especialmente no que se refere a deliberações importantes. Não tive nenhum tipo de esclarecimento mais técnico sobre o Conselho Escolar. Eu tive interesse porque acredito que os pais podem colaborar na Escola de seu filho, ajudando nas decisões também (REPRESENTANTE DO SEGMENTO DOS PAIS – VICE-PRESIDENTE, ESCOLA Nº 1).

Minha participação no Conselho Escolar foi um momento de aprendizado e tomada de consciência da importância e complexidade que é a formação educacional de um filho. Sempre participei da e na vida escolar dos meus filhos, buscando sempre saber, fazer, opinar, questionar o fazer pedagógico na escola onde os mesmos estudavam (REPRESENTANTE DO SEGMENTO DOS PAIS B, ESCOLA Nº 1).

O que se observa nas colocações dos colaboradores do segmento dos pais da Escola Nº 1, é que eles já tinham informação desse colegiado, apesar de não ter um conhecimento aprofundado sobre o mesmo. Notou-se que a vontade de participar da vida escolar de seus filhos e, também, em colaborar nas decisões dos assuntos do âmbito escolar foram fatores que incentivaram a participação no colegiado. Destacam-se as percepções de dois entrevistados, pertencentes ao segmento dos alunos, ao mencionaram que:

Logo que fui convidada já recebi informações do que era o Conselho Escolar. A minha participação se baseia no meu interesse de expor minhas idéias e opiniões junto com a dos alunos e cada vez mais buscar melhorias para todos ligados a educação (REPRESENTANTE DO SEGMENTO DOS ALUNOS A, ESCOLA Nº 1)

Eu sabia que era um órgão do colégio que tomava decisões importantes para a gestão escolar. Sim, tivemos um esclarecimento sobre o que ele é e o que nós fazemos nele. Meu interesse é descobrir o que é realmente uma escola, porque os alunos acham que só existem professores, a diretora e eles. É por isso que é importante, ele me ajuda a descobrir como uma escola anda para frente (REPRESENTANTE DO SEGMENTO DOS ALUNOS B, ESCOLA Nº 1).

As percepções das representantes dos alunos da Escola Nº 1 sinalizam que os mesmos já tinham informações prévias do que é o Conselho Escolar, e que o interesse em participar está pautado na vontade de expor as suas idéias, opiniões e, também de descobrir o que há além do diretor, professores e alunos. Outro motivo relativo a participação é por ser a voz dos alunos da escola, nas reivindicações.

Em relação aos participantes da pesquisa que representam o segmento dos professores, destacam-se as opiniões a seguir relatadas:

Quando fui convidada a fazer parte do Conselho Escolar não tinha muito conhecimento sobre suas atribuições, mas a partir desse momento passei a me interessar sobre o assunto. Não tinha muito interesse em participar do Conselho, apenas participei para ajudar a equipe diretiva (REPRESENTANTE DO SEGMENTO DOS PROFESSORES A, ESCOLA Nº 1).

Quando iniciei a participação no Conselho Escolar, já tinha conhecimento das leis, faltava vivenciar isso no real, no cotidiano. Sempre me despertou interesse em fazer parte, dado a importância dispensada a este órgão, pois, no meu ponto de vista, é uma maneira de estar próxima das decisões da minha Escola. Ser responsável pelas ações da minha Escola (REPRESENTANTE DO SEGMENTO DOS PROFESSORES B, ESCOLA Nº 1).

Nas asserções expostas se observa que um dos representantes do segmento dos professores, da Escola Nº 1, diz não ter muito conhecimento sobre as atribuições do Conselho escolar. No início, este representante mencionou que não tinha interesse em participar apenas aceitou para ajudar a equipe diretiva, mas depois passou a se interessar sobre o assunto. O outro representante já tinha conhecimento, faltava apenas vivenciá-lo na prática, e acredita que a sua participação nesse colegiado é uma forma de estar mais próxima das decisões da escola a qual atua.

Acerca dessa falta de conhecimento por parte dos representantes do Conselho Escolar sobre as suas atribuições, Abranches (2003) ilustra:

A experiência participativa é incipiente e os indivíduos ainda não têm clareza sobre suas limitações e possibilidades; mesmo assim, é visível uma relativa motivação para assumir esse processo e um grande interesse em fazer parte de “alguma coisa”, principalmente se nela está envolvida uma melhoria da qualidade de vida das pessoas (p.73).

Nesse sentido a participação dos pais no colegiado e conseqüentemente nas decisões é muito importante, mas é necessário um tempo maior para que as pessoas assimilem o significado do trabalho coletivo, a fim de que essa participação seja efetivamente democrática.

Outro ponto a ser destacado é o fato de que nem sempre as pessoas são convidadas a fazer parte do Conselho Escolar, às vezes elas se convidam como foi o caso do representante do segmento dos professores C, como pode-se constatar pelo seguinte depoimento:

Eu não fui convidada, me convidei, pois queria estar por “dentro” de como funcionava um Conselho Escolar. Na época não houve esclarecimento, pois como estava sempre junto às decisões do Diretor, não senti necessidade de esclarecer a razão de estar ali, estava com vontade de saber os meandros da “coisa”. Após a primeira reunião, devido às dúvidas, procurei meu colega – diretor para esclarecer o meu papel, enquanto discente no grupo, deixando claro a ele que não seria conivente (mesmo fazendo do grupo gestor) com que achasse “errado” (REPRESENTANTE DO SEGMENTO DOS PROFESSORES C, ESCOLA Nº 1).

Acrescenta-se a essa análise, a percepção da representante do segmento dos funcionários B manifestando interesse em participar do colegiado pelo fato de ter conhecimento da importância do Conselho Escolar nas decisões tomadas pela Escola. Esse interesse na participação foi evidenciado na seguinte fala, ao mencionar que:

Em princípio eu não fui convidada, me candidatei porque tinha interesse em participar, já que eu tinha noção do que é o conselho escolar, pois é um órgão muito importante na tomada de decisões da escola. (REPRESENTANTE DO SEGMENTO DOS FUNCIONÁRIOS B, ESCOLA Nº 1).

Os estudos realizados na área da educação revelam que a participação de todos no processo decisório é o suporte necessário para a construção de uma escola democrática capaz de promover mudanças e transformações na sociedade onde está inserida. Lück (2010, p. 44) coaduna com este entendimento ao mencionar que:

Participar implica compartilhar poder, vale dizer, implica compartilhar responsabilidades por decisões tomadas em conjunto como uma coletividade e o enfrentamento dos desafios de promoção de avanços, no sentido da melhoria contínua e transformações necessárias.

Sob esta mesma ótica, acrescenta-se a contribuição de Paro (2008, p.18), quanto à participação como forma de democratização, ao postular que:

A participação da comunidade na escola, como todo processo democrático, é um caminho que se faz ao caminhar, o que não elimina a necessidade de se refletir previamente a respeito dos obstáculos e potencialidades que a realidade apresenta para a ação.

Com base nos resultados apresentados e na concepção dos autores, partilha-se do entendimento de que a democratização se constrói na prática, através de um

processo de participação do dia-a-dia da escola, conduzindo a reflexão coletiva de modo a auxiliar na transposição dos obstáculos que possam surgir no decorrer deste processo.

Werle (2003, p.54-55) menciona que “a autonomia e a democratização na escola dependem da ação concreta, entusiasmada e responsável da comunidade escolar, bem como do apoio, da confiança e do compromisso do sistema de ensino”. As ações descritas pela autora foram evidenciadas nas respostas dos participantes da pesquisa, sendo que merece destaque o interesse dos mesmos em participar do Conselho Escolar com a finalidade de promover uma maior aproximação com o ambiente escolar e, desta forma, auxiliar e contribuir com o processo de tomada de decisões.

Meu interesse em participar desse colegiado foi baseado na disposição em colaborar com o bom funcionamento da escola em que trabalho (REPRESENTANTE DO SEGMENTO DOS PROFESSORES A, ESCOLA Nº 2, grifo do autor).

A partir do Conselho Escolar, pais, alunos, funcionários e professores têm a oportunidade de colaborar e ajudar nas decisões que serão tomadas (REPRESENTANTE DO SEGMENTO DOS ALUNOS A, ESCOLA Nº1).

Sempre me despertou interesse em fazer parte, dado a importância dispensada a este órgão, pois, no meu ponto de vista, é uma maneira de estar próxima das decisões da minha Escola. Ser responsável pelas ações da minha Escola (REPRESENTANTE DO SEGMENTO DOS PROFESSORES B, ESCOLA Nº 1).

Os depoimentos de dois professores (um de cada escola) e de um aluno apresentados ratificam o entendimento expostos por Lück (2010), Paro (2008) e Werle (2003), em relação à participação no processo de tomada de decisões da Escola.

Por fim, visando reforçar a importância do processo de participação do Conselho Escolar, bem como a democratização da escola pública, acrescenta-se a contribuição de Antunes (2002, p.24) ao postular ser de “fundamental importância a compreensão do papel político do Conselho Escolar como instância deliberativa e coletiva, que, por um lado, não exclui ou nega as responsabilidades legais inerentes aos cargos existentes na escola, e, por outro lado conta com a contribuição daqueles que participam nas tomadas de decisões”. Na realidade quer dizer que é

preciso ter clareza que o importante é entender que não é necessário que todos façam tudo, mas que todos deliberam juntos, com apoio na coletividade.

Outro aspecto questionado foi quanto à gestão democrática na educação, que atualmente ouve-se falar muito nesse assunto, mas que muitos não sabem exatamente do que se trata. Como resposta obteve-se as seguintes asserções, na Escola Nº 1:

É trabalhar em equipe, respeitando e discutindo a construção pedagógica e administrativa com representantes de todos os segmentos da Escola. O gestor deve ser o elo de ligação destes segmentos, promover a unidade e acompanhar lado a lado todas as ações que, de fato, fazem ou contribuem para uma gestão democrática (DIRETOR DA ESCOLA Nº 1).

O Diretor da Escola nº 1 sustenta que o gestor tem que trabalhar em equipe, discutindo a construção pedagógica e administrativa com todos os segmentos da Escola, respeitando suas idéias e, também ser o elo destes segmentos para, juntos, acompanhar todas as ações do ambiente escolar, e assim contribuir para a gestão democrática.

É uma administração dentro da escola que procura conhecer e atender os interesses dos diversos grupos ligados a educação. O Conselho Escolar é isso, pois busca atender as necessidades de todos dentro da escola e cada vez mais trazer melhorias para que possa trazer boa educação e um aprendizado melhor (REPRESENTANTE DO SEGMENTO DOS ALUNOS A).

Eu entendo que uma gestão democrática é onde todos (pais, alunos, professores e funcionários) participem, colaborem com a escola em todos os aspectos (REPRESENTANTE DO SEGMENTO DOS ALUNOS B).

Destaca-se o que o representante do segmento dos alunos A diz que a gestão democrática dentro de uma escola é quando se procura conhecer e atender os interesses dos envolvidos na educação, e cita o Conselho Escolar como estratégia de desenvolver essas possibilidades de trazer melhorias para uma educação de qualidade. O representante do segmento dos alunos B entende por gestão democrática quando ocorre a participação de todos os segmentos da escola: pais, alunos, professores e funcionário, para juntos colaborarem em todos os aspectos. O que se nota através dessas colocações dos alunos é a maturidade de pensamento sobre a questão de gestão democrática, já que são alunos de sétima série do Ensino Fundamental, com aproximadamente treze anos de idade.

A seguir apresenta-se a resposta de alguns representantes do segmento dos professores da Escola Nº 1 sobre democracia no âmbito escolar:

Democracia no âmbito escolar é incentivar a participação de toda a comunidade escolar (alunos, pais, professores, funcionários e direção) na tomada de decisões na gestão escolar (REPRESENTANTE DO SEGMENTO DOS PROFESSORES A).

Para mim, democracia escolar é termos voz ativa como membros da Escola. É sermos ouvidos e, também poder decidir algo referente ao nosso cotidiano escolar. É importante saber que a comunidade escolar pode ser ouvida e participar ativamente da tomada de decisão (REPRESENTANTE DO SEGMENTO DOS PROFESSORES B).

Para os representantes do segmento dos professores da Escola Nº 1 a democracia escolar consiste em incentivar a participação de todos da comunidade escolar na tomada de decisões e; também ter voz ativa como membros da Escola, e serem ouvidos quando tiver que decidir algo referente ao cotidiano escolar.

Na seqüência apresenta-se a percepção do representante do segmento dos pais da Escola Nº 1:

Gestão Democrática na Educação é o compartilhamento de decisões em diferentes níveis de hierarquia. Um exemplo bem palpável é a eleição de diretores nas escolas. Sendo essa escolha feita por todos integrantes do processo, desde a descentralização da Secretaria do Estado (REPRESENTANTE DO SEGMENTO DOS PAIS A).

Esse representante do segmento dos pais A menciona que a gestão democrática é o compartilhamento das decisões em diferentes níveis de hierarquia e, como exemplo, destaca a eleição de diretores que envolvem todos os segmentos da comunidade. A seguir, destaca-se o comentário do representante do segmento dos funcionários A, da Escola Nº 1 que ratifica o que foi mencionado sobre gestão democrática na escola, e acrescenta que os gestores devem incentivar a participação efetiva de todos os segmentos do Conselho escolar.

Para mim, gestão democrática, está presente quando todos os segmentos da escola, são participativos, são atuantes no ambiente escolar. A equipe diretiva da escola, eleita democraticamente pela comunidade escolar, deve incentivar a participação efetiva de todos os segmentos, conscientizá-los da importância de uma gestão democrática, buscando assim promover maior qualidade na educação (REPRESENTANTE DO SEGMENTO DOS FUNCIONÁRIOS A).

A partir das respostas, constata-se que os envolvidos no âmbito escolar da Escola nº 1 estão cientes da importância dessa visão de gestão democrática na educação. Ter essa conscientização de participação de todos os setores da escola nas decisões é o caminho para a democratização na educação.

Na seqüência, questiona-se como é a participação dos representantes dos diversos segmentos, no colegiado da escola. Destacam-se quatro respostas, cada uma representando um segmento do Conselho Escolar: aluno, pais, professor e funcionário.

Como aluna eu busco levar as opiniões reivindicações e elogios dos alunos para o Conselho. E a partir dessas opiniões tomarmos uma decisão que beneficie a todos (REPRESENTANTE DO SEGMENTO DOS ALUNOS A – ESCOLA Nº 1).

Os pais podem colaborar para a democracia participando das assembléias da Escola; da reunião de pais da turma de seu filho; conversando com a direção, com a vice-direção; procurando saber sobre o comportamento de seu filho na escola; sugerindo algumas mudanças que julgue importante sob o seu ponto de vista (REPRESENTANTE DO SEGMENTO DOS PAIS A – ESCOLA Nº 1).

Acredito que sim, pois através das idéias da direção e estrutura desta gestão, dos órgãos deliberativos, poderemos tomar em conjunto as decisões que venham realmente auxiliar e fazer com que a Escola cresça como um espaço real de democracia (REPRESENTANTE DO SEGMENTO PROFESSOR B – ESCOLA Nº 1).

Sobre minha atuação particularmente, acredito estar contribuindo, pois procuro me envolver ao máximo, no ambiente escolar como um todo (REPRESENTANTE DO SEGMENTO DOS FUNCIONÁRIOS A – ESCOLA Nº 1).

Analisando-se as respostas dos membros do Conselho escolar da Escola nº 1 acredita-se que a participação desse colegiado está condizente com as expectativas previstas para tornar a escola democrática, já que uma das tarefas do Conselho é capacitar cada vez mais esses segmentos da escola à participação. Assim, diante desta perspectiva Paro (1998, p. 228) afirma que a participação terá condições de acontecer “na medida em que aqueles que mais se beneficiarão de uma democratização da escola puderem participar ativamente das decisões que dizem respeito a seus objetivos e às formas de alcançá-los”.

O representante do segmento da Direção da Escola Nº 1 articula que a maneira de contribuir para a gestão democrática na escola é:

Participar dos debates, auxiliar com idéias que promovam a gestão democrática e, efetivamente, envolver-se em ações práticas, respeitando o espaço e a função de cada segmento envolvido, sem atropelos ou centralização do poder.

Constata-se, através da resposta do Diretor da Escola Nº1, que para existir a gestão democrática na escola é preciso dar oportunidades de participação, promover ações que envolvam todos os segmentos do âmbito escolar, respeitando as idéias de cada um e, também descentralizar o poder.

Destaca-se nessa investigação a questão do ensino-aprendizagem em que os educadores, além de ensinar os conteúdos, deve estimular os alunos a serem cidadãos participativos, isto é, ter opiniões, expor suas idéias e críticas. Os participantes da pesquisa pertencentes ao segmento dos professores da Escola Nº 1, assim responderam:

Como professor, estímulo o aluno para a importância de reflexão e formação do cidadão participativo. Para tanto, faço parte do Projeto Educação Fiscal da Escola, onde se trabalha conteúdos relativos à cidadania, direitos, deveres, ou seja, é um trabalho de conscientização sobre a importância da democracia participativa, que o cidadão deve participar da tomada de decisões e acompanhamento dos resultados obtidos. No entanto, esse trabalho poderia também ser voltado para o aprimoramento desse colegiado para melhorias e aumento de eficácia das decisões tomadas em prol da Escola (REPRESENTANTE DO SEGMENTO DOS PROFESSORES A, ESCOLA Nº 1).

O representante do segmento dos professores A destaca a importância de captar projetos para a Escola, como foi citado o Projeto Educação Fiscal. Este projeto é uma forma muito interessante para desenvolver a cidadania, conscientizar os alunos sobre a importância da democracia participativa, e sugere que esse projeto deveria ser estendido para o Conselho Escolar, como aprimoramento das decisões tomadas em favor das melhorias na Escola.

A Escola deve preparar o aluno para ser cidadão responsável por suas decisões. Para isso, o aluno deve conhecer seus direitos e ser motivado pelo professor. A partir do momento em que o aluno conhece e valoriza seus direitos, ele terá uma postura correta e responsável em relação às decisões a serem tomadas (REPRESENTANTE DO SEGMENTO DOS PROFESSORES B).

O representante do segmento dos professores B ressalta a importância do professor incentivar o aluno a participar, conhecer e valorizar seus direitos, porque

somente com esse conhecimento o aluno terá discernimento para tomar decisões responsáveis.

Para que o professor possa trabalhar questões morais, éticas no mínimo ele deve evidenciar no seu fazer essas questões. Então voltando a questão 8, onde o professor trabalhando 60 h é bastante difícil ele ter tempo em pensar nessas questões, pois seu trabalho não será pautado na qualidade. E, ter qualidade em Educação é estudar, fazer cursos, ler, produzir, refletir sobre a vida (sua, de seu aluno, da sua Escola / Projeto Político Pedagógico), da sociedade em que vive, na globalização, na mundialização, na sua religiosidade, na sua função individual, intelectual, social... Assim é quase certo, que esse ser não é um ser devidamente consciente de seu papel, enquanto Professor. E, construir conhecimento coletivo é ser e estar presente no mundo é poder interferir, refletir e ajudar trazendo informações a seu pupilo, e ajudá-lo na construção de seu conhecimento. Digo isso no sentido de ter a percepção, que seu aluno não quer ler e, não lendo vai construindo seus conceitos em cima de imagens rápidas; não tendo e não criando oportunidades de reflexão dessa translucidez, que está o mundo. Então se percebe um novo indivíduo, que não aceita autoridade, pois tem concepções diferenciadas das coisas (tudo rápido) e não tem mais tempo (não pode perdê-lo), pois seu tempo é para navegar na internet, na frente da tevê ou sei lá o que... Criar no aluno, hoje, uma atenção-dialogada é tentar fazê-lo entender o quanto ele é importante, o quanto de historicidade que existe nele e o quão necessário é sua presença no mundo. O mundo palpável e o não palpável (REPRESENTANTE DO SEGMENTO DOS PROFESSORES C).

Diante da questão ensino-aprendizagem, a postura do representante do segmento dos professores B, é de que além dos conteúdos o professor tem que dar conta de ensinar outros valores para seus alunos. Em primeiro lugar para que o professor possa trabalhar questões morais e éticas, no mínimo, ele tem que dar exemplos nas suas atitudes como professor. Em segundo lugar falta tempo para estudar esses assuntos, já que para se ter um ensino de qualidade é necessário estudar, fazer curso e se preparar para desenvolver esse ensino pautado na qualidade. Este representante salienta, ainda, a questão do desinteresse do aluno no que se refere à leitura, pois “eles querem tudo rápido e pronto para dedicar o seu maior tempo para navegar na internet ou assistir televisão”. Encerra a sua colocação enfatizando o quanto é importante conscientizar o aluno da sua participação no mundo real.

Procurando na medida do possível orientar, por entender que se houver alunos participativos teremos uma escola melhor e mais democrática e conseqüentemente uma sociedade mais consciente e mais justa (REPRESENTANTE DO SEGMENTO DOS PROFESSORES E).

Assim como as demais colocações dos professores, o representante do segmento dos professores E procura orientar os seus alunos para serem participativos, pois julga ser o melhor caminho para tornar a escola democrática.

Pode-se inferir da contribuição de Paro acerca da contribuição dos educadores na questão de instigar o aluno a participar democraticamente:

Cabe aos profissionais da educação fazerem valer o seu papel de educador, dando ênfase a um ensino mais democrático, com diálogos abertos, com informações que provoquem reflexões a respeito dos fatos sociais existentes. É importante que se trabalhe sempre com o concreto, assim o educando se sentirá estimulado a criar situações como todo o processo democrático, que é um caminho que se faz ao caminhar, o que não elimina a necessidade de refletir previamente a respeito dos obstáculos e potencialidades que a realidade apresenta para a ação (1997, p.17).

Considera-se que o processo de gestão democrática e participativa não é uma função exclusiva do gestor escolar, mas da realização de um trabalho participativo, que envolve todos os segmentos da escola.

Conforme ressalta Abranches:

A escola precisa entender que não é um espaço somente para conteúdos e habilidades, mas que também tem responsabilidade sobre a formação política de quem utiliza seus serviços, considerando que, hoje, é uma instituição que está recebendo todos os tipos de problemas sociais (droga, alcoolismo, violência doméstica, fome) que são reflexos de nossa condição e condução política (2003, p.103).

A autora salienta a importância da instituição escolar dar subsídios aos alunos quanto à formação política, e torná-los cidadãos participativos é imprescindível para garantir a democratização na educação.

3.3 Apresentação e Discussão dos Resultados da Escola Nº 2

Analisando-se os depoimentos dos participantes da pesquisa pertencentes a Escola Nº 2, no que tange ao conhecimento sobre o Conselho Escolar destacam-se as seguintes percepções:

Meu conhecimento prévio sobre Conselho Escolar vem desde a experiência como aluno até chegar ao acompanhamento das ações da colega que me antecedeu na função. Esses conhecimentos foram adquiridos na vivência do ambiente escolar, sendo que nunca presenciei alguma atividade formativa que abordasse o assunto. Meu interesse em participar desse colegiado foi baseado na disposição em colaborar com o bom funcionamento da escola em que trabalho (REPRESENTANTE DO SEGMENTO DOS PROFESSORES A, ESCOLA Nº 2, grifo do autor).

Eu tenho profundo conhecimento da importância e objetivos do Conselho escolar. Pois, na Boca do Monte, distrito de Santa Maria, fui eu que elaborei o estatuto do Conselho Escolar, seguindo passo a passo a lei de sua criação. Ele é um órgão muito importante, mas o que vejo em algumas escolas é que esse importante colegiado é manipulado pela equipe diretiva da escola (REPRESENTANTE DO SEGMENTO DOS PAIS B, ESCOLA Nº 2).

Percebe-se que os representantes do segmento dos professores e dos pais dos alunos da Escola Nº 2 revelaram ter conhecimento e consciência da importância do Conselho Escolar para gestão democrática. O representante do segmento dos pais B manifestou sua insatisfação em relação a manipulação do colegiado pela equipe diretiva de algumas escolas.

Assim como na Escola Nº 1, na Escola Nº 2, alguns segmentos do Conselho Escolar também não tinham conhecimento sobre esse colegiado, como pode-se verificar nas respostas a seguir apresentadas:

Não sabia nada, quando comecei a participar das reuniões a professora tesoureira nos mostrou as notas do que foi comprado e gasto na escola (REPRESENTANTE DO SEGMENTO DOS PAIS A, ESCOLA Nº 2).

Até então não tinha conhecimento disso, mas obtive esclarecimentos de como seria e achei muito importante, porque todos os problemas são resolvidos ali, tanto financeiro como educacional (REPRESENTANTE DO SEGMENTO DOS FUNCIONÁRIOS A, ESCOLA Nº 2).

Não sabia e continuo não sabendo sobre esse colegiado, não tive esclarecimento. Na verdade não tive interesse em participar do Conselho, apenas aceitei o convite para substituir alguém (REPRESENTANTE DO SEGMENTO DOS FUNCIONÁRIOS B, ESCOLA Nº 2).

Pelo que se percebe nas declarações expostas, às vezes, falta interesse por parte dos representantes para tomarem conhecimento, interar-se do assunto denotando, assim, uma espécie de obrigatoriedade na participação, o que deveria ser espontânea, já que é um órgão que veio para democratizar a educação.

Na visão dos representantes do segmento dos alunos, da Escola Nº 2:

Tivemos esclarecimentos sobre o assunto. Decidi participar porque o Conselho Escolar favorece a vida de todos dentro da escola (Representante do Segmento dos Alunos A, Escola Nº 2).

Tivemos sim, a professora que era presidente do Conselho nos explicou o básico, depois levamos pra casa livros que explicava tudo. É defender os alunos e levar questões que não estão satisfeitos (Representante do Segmento dos Alunos B, Escola Nº 2).

Tendo em vista nas repostas dos representantes do segmento dos alunos houve esclarecimento sobre o que é o Conselho Escolar. O representante do segmento dos alunos A salienta que decidiu participar para ajudar a todos da escola e o representante do segmento dos alunos B, diz que a sua função é defender os alunos nos assuntos ou questões que não estão de acordo.

Houve unanimidade entre os respondentes, que o Conselho Escolar tem uma atuação maior no quesito fiscalização das finanças da escola. Isso se justifica, pois, a prestação de contas das Escolas para ser encaminhada a 8ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE), necessita ser analisada, aprovada e assinada por todos os integrantes do Conselho Escolar. Neste sentido, não tem como o Conselho Escolar se isentar dessa função. Comprova-se tal entendimento através das palavras de Werle (2003) ao postular o seguinte:

Pela Constituição do Rio Grande do Sul (artigo 202, § 2º), o Estado repassará, trimestralmente, recursos para as unidades escolares, destinados à manutenção e a conservação das escolas. A gestão dos recursos do repasse exige órgãos representativos que se co-responsabilizam, juntamente, com a Direção da escola (p. 21).

Pode-se comprovar nas respostas a seguir, que a competência fiscalizadora dos representantes do colegiado predomina nas respostas dos representantes da Escola Nº 2.

As solicitações mais freqüentes são para as decisões a respeito dos recursos recebidos, aplicação, análise e aprovação das prestações de contas (REPRESENTANTE DO SEGMENTO DOS FUNCIONÁRIOS A, ESCOLA Nº2).

São muitas as atribuições do Conselho, dentre estas cabe destacar a análise e aprovação dos gastos, prestações de contas, parecer sobre problemáticas com alunos, idéias de melhorias para a escola, entre outras (REPRESENTANTE DO SEGMENTO DOS PROFESSORES A, ESCOLA Nº2).

Há casos como o de zelar pela escola, em relação à manutenção e a infraestrutura, bem como na parte administrativa, colaborando com o gestor nas decisões pedagógicas e financeiras, que foram abordados pelos respondentes, a seguir descritas:

As atribuições do Conselho escolar em nossa escola são o de zelar pela escola ou por sua manutenção, tanto na parte de gestão como a administrativa e a infraestrutura; tem ainda função deliberativa, fiscal e mobilizadora; fiscaliza a aplicação dos recursos financeiros, entre outras atribuições (REPRESENTANTE DO SEGMENTO DOS PAIS A, ESCOLA Nº1).

Na nossa Escola temos a chance de auxiliar a equipe diretiva nas decisões no que diz respeito a parte financeira, pedagógica e, também, administrativa (REPRESENTANTE DO SEGMENTO DOS PROFESSORES B, ESCOLA Nº 1).

Também foi mencionado pelos participantes da pesquisa, o apoio dispensado pelos representantes do Conselho Escolar em relação à equipe gestora. O representante do segmento dos professores C, usou o termo “fiscalização-amparo” permitindo inferir que o Conselho Escolar fiscaliza ao mesmo tempo em que ampara, auxilia “o grupo que está gestando”. O outro representante do segmento dos professores D relata que o Conselho Escolar além de decidir sobre os investimentos da escola, dá apoio à direção em situações envolvendo alunos e suas famílias. Esse amparo dos representantes do Conselho Escolar é muito positivo para a equipe gestora, pois dá respaldo nas decisões. Essas constatações podem ser evidenciadas nas respostas a seguir apresentadas:

A principal função é uma fiscalização-amparo. Acredito que fazer parte deste espaço escolar é ser comprometido com todo o processo que ocorre na Escola, juntamente com o grupo que está gestando (REPRESENTANTE DO SEGMENTO DOS PROFESSORES C, ESCOLA Nº1).

O Conselho Escolar tem poder decisivo em relação a investimentos na Escola, aprovação ou não de determinadas situações envolvendo recursos financeiros e apoio em relação a situações envolvendo alunos e suas famílias (REPRESENTANTE DO SEGMENTO DOS PROFESSORES D, ESCOLA Nº1).

Na escola Nº 2 as respostas quanto à função fiscalizadora, principalmente nas finanças da escola, foram as seguintes:

O Conselho Escolar é um órgão complementar e auxiliar da direção da escola, onde passam as decisões, principalmente no que diz respeito à aplicação dos repasses financeiros recebido pela escola (REPRESENTANTE DO SEGMENTO DOS PROFESSORES A, ESCOLA Nº2).

É convocando sempre uma reunião para analisar e participar o que foi gasto (REPRESENTANTE DO SEGMENTO DOS PAIS A, ESCOLA Nº2).

A declaração do representante do segmento dos professores A, da Escola Nº 2, é que o Conselho Escolar é um órgão que complementa e auxilia a escola na tomada de decisões, especialmente na aplicação financeira. O representante do segmento dos pais A, também se refere à convocação do colegiado para avaliar e planejar os gastos da escola, confirmando o que foi mencionado anteriormente quanto à função fiscalizadora ser a que se destaca referente às finanças da escola.

No que se refere ao apoio em outras questões que envolvem o dia-a-dia da escola, além de fiscalizar os gastos e contas da escola, a percepção dos representantes da Escola Nº 2 foi similar a dos representantes da Escola Nº 1, como pode-se constatar nos seguintes depoimentos:

De uma maneira sintética, posso dizer que o nosso Conselho Escolar é muito atuante. Nós analisamos e sugerimos a aplicação de verbas, resolvemos questões político-pedagógicas e problemas disciplinares (REPRESENTANTE DO SEGMENTO DOS PAIS B, ESCOLA Nº 2).

Resolver problemas dos alunos, pedagógicos, administrativos e analisar e aprovar as finanças da Escola (REPRESENTANTE DO SEGMENTO DOS FUNCIONÁRIOS A, ESCOLA Nº2).

O representante do segmento dos pais B declara que a atuação do Conselho Escolar da Escola Nº 2 é muito atuante, e que além de analisar e sugerir as verbas, também resolve questões político-pedagógicas e problemas com a disciplina dos alunos. Assim, o representante do segmento dos funcionários A confirma que o colegiado também auxilia na resolução de problemas com alunos, de natureza pedagógica e de administrativa.

Além da função fiscalizadora, o Conselho Escolar tem as funções consultiva, deliberativa e mobilizadora, segundo o PNFCE (BRASIL, 2004)

Cabe ao Conselho Escolar zelar pela manutenção da escola e participar da gestão administrativa, pedagógica e financeira, contribuindo com as ações dos dirigentes escolares a fim de assegurar a qualidade de ensino. Eles têm funções deliberativas, consultivas, fiscais e mobilizadoras, garantindo a gestão democrática nas escolas públicas.

Constata-se que o Conselho Escolar tem papel decisivo na democratização da educação e da escola, pois é um órgão que participa das decisões dos assuntos pertinentes ao âmbito escolar, desde a manutenção até as questões administrativas, pedagógicas e financeiras. Esse colegiado é considerado o de maior importância na escola, porque é formado por todos os segmentos: diretor, professores, alunos, pais e funcionários.

Antunes (2002) menciona que o Conselho de natureza consultiva, como o próprio nome revela, não toma decisões apenas é consultado. Sua função é sugerir, opinar sobre determinado assunto. Na Escola N^o 1 pode-se constatar tal função na resposta do representante do segmento dos funcionários A, no que diz respeito ao Projeto político Pedagógico, como observa-se no seguinte relato:

Na minha escola, no que diz respeito ao PPP, o envolvimento é pouco. Quando aparece algum problema, como a mudança na base curricular imposta pela SE, é passado ao conselho escolar, que defini sua posição, estratégias, reuni a comunidade escolar em assembléia para juntos buscar soluções (REPRESENTANTE DO SEGMENTO DOS FUNCIONÁRIOS A).

Nessas escolas observou-se, através das respostas dos participantes da pesquisa, que a função deliberativa existe, em determinados casos, mas não é tão freqüente quanto a fiscalizadora e a consultiva.

O Conselho Escolar é um órgão Consultivo, Deliberativo e de Mobilização mais importante do processo de gestão democrática na escola. Sua tarefa mais importante é acompanhar o desenvolvimento da prática educativa e o processo ensino-aprendizagem. A posição dos diretores das Escolas frente a afirmação exposta, pode ser percebida através dos seguintes relatos:

Concordo plenamente, ratificando que o Conselho Escolar dá respaldo ao processo de ensino-aprendizagem porque ele contribui com a visão de outros segmentos inclusive e muito importante, a visão do aluno, que é o principal objetivo da Escola e de toda a sua ação pedagógica (DIRETOR DA ESCOLA N^o 1).

O conselho escolar deve ser o órgão de última instância e utilizado como recurso para disciplinar, fiscalizar e ser consultado para as decisões mais importantes da escola. Deve-se lançar dele para poder legitimar as ações educativas da escola (DIRETOR DA ESCOLA N^o 2).

Pelas respostas dos diretores das duas escolas estudadas observa-se que o Conselho Escolar é bem reconhecido, como deve ser, pois como diz o Diretor da

Escola Nº 2 “deve ser o órgão de última instância”, que contribui com as decisões mais importantes da escola, por essa razão deve-se convocá-lo para legitimar as ações educativas da instituição de ensino. O Diretor da Escola Nº1 ratifica o que foi dito e acrescenta ainda, a importância da participação do segmento aluno, pois acredita ser o aluno a razão maior do empenho dos envolvidos em melhorar as ações pedagógicas.

Na escola Nº 2 as respostas quanto à gestão democrática é destacada a seguir:

Entendo como a participação de todos os segmentos da escola, trabalhando numa única direção – baseado no PPP – otimizando recursos humanos, financeiros, infra-estrutura e pedagógico, tendo como foco principal a aprendizagem dos alunos. A gestão é um trabalho de equipe onde cada um deve desenvolver sua função para poder ter resultados positivos e satisfatórios em termos de educação (DIRETOR DA ESCOLA Nº 2).

O Diretor da Escola nº 2 enfatiza a importância da participação de todos os segmentos trabalhando numa única direção, com referência ao Projeto Político Pedagógico da escola. Além de participar na aplicação dos recursos financeiros, infra-estrutura e pedagógico, os segmentos da comunidade escolar têm que ter como meta principal a aprendizagem do aluno, que é a razão maior da existência da escola. Intera que a gestão trabalhando em equipe os resultados, certamente, serão satisfatórios em termos de qualidade na educação.

Gestão democrática pra mim é a consulta anterior aos envolvidos em decisões tomadas pela escola e o respeito a opiniões colhidas ao se tomar novo encaminhamento (REPRESENTANTE DO SEGMENTO DOS PROFESSORES A, ESCOLA Nº 2, grifo do autor).

A colocação do representante do segmento dos professores A, da Escola Nº 2, é que a gestão democrática acontece quando existe uma consulta anterior a tomada de decisões pela escola, e respeitar as opiniões antes de tomar a decisão final. O que nos leva a pensar que só existirá democracia, de fato, nas decisões se, antes, os envolvidos no âmbito escolar forem interrogados, caso contrário é uma decisão autoritária, de “faz de conta” que todos participam.

Na visão do representante do segmento dos alunos:

No meu ponto de vista a “gestão democrática na Escola” tem a ver com o funcionamento da escola, o que os professores, os pais, alunos e funcionários estão fazendo para contribuir para o desenvolvimento da educação, para o bom andamento de projetos, e pelo bem estar de tudo. A “gestão democrática na Escola” é para o bem de todos, é do conjunto escolar e da comunidade onde cada um faz a sua parte para a instituição se desenvolver (REPRESENTANTE DO SEGMENTO DOS ALUNOS A, ESCOLA Nº 2, grifo do autor).

A respeito do que entende por gestão democrática o representante do segmento dos alunos A enfatiza que tem relação com a união de todos os segmentos, cada um fazendo a sua parte para, juntos, desenvolver a instituição de ensino.

Para encerrar esse tópico sobre a participação na organização das ações da gestão escolar e a tomada de decisões por todos os segmentos da escola, destaca-se as palavras de Paro:

[...] por mais colegiada que seja a administração da unidade escolar, se ela não inclui a comunidade, corre o risco de constituir apenas mais um arranjo entre os funcionários do estado, para atender a interesses que, por isso mesmo, dificilmente coincidirão com os da população usuária (2008, p.16).

O autor reitera que se não houver a participação da comunidade para atender os interesses da instituição escolar, dificilmente acontecerá a gestão democrática.

No que tange ao processo de ensino-aprendizagem o representante do segmento dos professores A, da Escola Nº 2 respondeu o seguinte:

Com certeza o assunto da sala de aula, mediado pelo professor, não se reduz ao seu conteúdo específico da sua disciplina. A formação do cidadão, do ser integral, objetivo das mais avançadas e progressista visão de educação, passam pela discussão em sala de aula de diversos assuntos extracurriculares como a própria eleição de diretor, a eleição do Grêmio Estudantil, as eleições municipais, federal...(REPRESENTANTE DO SEGMENTO DOS PROFESSORES A, ESCOLA Nº2).

O representante do segmento dos professores A, da Escola Nº 2, mencionou que certamente o assunto de sala de aula deve ir além do conteúdo da sua disciplina, é importante formar alunos politizados, capazes de decidir em quem apoiar, por exemplo, nas eleições para o Grêmio Estudantil da Escola, o Prefeito, em uma eleição municipal e até mesmo o Presidente da República, nas eleições federais. Enfim, formar os alunos para exercer a cidadania.

Por fim, ao abordar este assunto referente ao ensino-aprendizagem além dos conteúdos previstos em cada disciplina, destaca-se a importância de educar para a cidadania. Esta é uma tarefa da escola pública, observe o entendimento de Navarro⁵ ao mencionar que:

Em nossa sociedade, a escola pública, em todos os níveis e modalidades da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), tem como função social formar o cidadão, isto é, construir conhecimentos, atitudes e valores que tornem o estudante solidário, crítico, ético e participativo (BRASIL, 2004, p.17).

O que se nota é que a tarefa do professor é mais complexa, porque vai além dos ensinamentos dos assuntos referentes à sua disciplina é preciso conscientizar-se que a formação do cidadão participante, também depende da sua colaboração.

Na Escola Nº 2 as respostas quanto à função que desempenha o Conselho Escolar consta-se a seguir:

Órgão representativo de todos os setores da escola: fiscalizador, consultivo e deliberativo. Órgão que dá respaldo às decisões tomadas pela comunidade escolar (DIRETOR DA ESCOLA Nº 2).

O Conselho Escolar é um órgão complementar e auxiliar da direção da escola, onde passam as decisões, principalmente no que diz respeito à aplicação dos repasses financeiros recebido pela escola (REPRESENTANTE DO SEGMENTO DOS PROFESSORES A, ESCOLA Nº 2).

Os representantes da Escola Nº 2 no que tange a função do Conselho Escolar afirmam que é um órgão de tomada de decisões. O Diretor ressalta que o colegiado representa todos os setores da escola, com a função de fiscalizar, consultar e deliberar sobre assuntos pertinentes a escola, dando respaldo nas decisões tomadas. O Representante do Segmento dos Professores A declara que o Conselho Escolar atua como um órgão auxiliar em relação à equipe gestora, e enfatiza que as decisões mais frequentes são relacionadas aos repasses financeiros da escola.

Na visão do representante do segmento dos funcionários:

⁵ Ignez Pinto Navarro...[et.al.]. – Brasília: MEC, SEB, 2004. Elaborou o material para o Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares (PNFCE).

Resolver problemas dos alunos, pedagógicos, administrativos e analisar e aprovar as finanças da Escola (REPRESENTANTE DO SEGMENTO DOS FUNCIONÁRIOS A, ESCOLA Nº 2).

Articula-se na resposta do representante do segmento dos funcionários A que o papel do Conselho Escolar é resolver os problemas dos alunos, pedagógicos e administrativos, além da função mais requisitada que é a de fiscalizar, analisar e aprovar as finanças da Escola.

Reitera-se o que foi mencionado com as palavras do representante do segmento dos pais:

Nós analisamos e sugerimos a aplicação de verbas, resolvemos questões político-pedagógicas e problemas disciplinares (REPRESENTANTE DO SEGMENTO DOS PAIS B, ESCOLA Nº 2).

Assim como os demais representantes dos outros segmentos, na resposta do representante do segmento dos pais B predomina a função de fiscalizar a aplicação das verbas destinadas à Escola.

Para o representante do segmento dos alunos:

Somos convocados para reuniões de prestações de contas, onde os convocados como: alunos, professores, pais, funcionários da escola observam todos os papéis onde constam as despesas do que a escola gasta, tudo o que a escola gasta é verificado por este grupo que pertence ao Conselho Escolar (REPRESENTANTE DO SEGMENTO DOS ALUNOS B, ESCOLA Nº 2).

Conforme a colocação do representante do segmento dos alunos B as convocações das reuniões são para analisar, fiscalizar e aprovar as prestações de conta da escola, com a presença de todos os segmentos do colegiado.

Acerca do questionamento direcionado aos diretores da Escola Nº 1 e Escola Nº 2 sobre O Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, promovido pela Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação e outras parcerias (UNICEF, UNESCO, ETC), que visa estimular a criação e a consolidação dos Conselhos Escolares já existentes em muitas escolas do país, como um impulso na democratização da educação. Você acredita nesta proposta? Por quê?

De acordo com o Diretor da Escola Nº 1:

Apesar de não ter tido uma leitura mais aprofundada do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares acredito muito na proposta por não saber uma outra forma de conduzir a instituição sem a participação efetiva do Conselho Escolar.

Na visão do Diretor da Escola N° 2:

Acredito sim, pois o Conselho escolar é órgão supremo dentro de uma escola e deve sempre exercer seu papel fundamental que é de ser: consultivo, fiscalizador e deliberativo. Seu papel é ainda maior em escola onde sabe-se que há desvio de verbas e má administração. O Conselho Escolar deve ser independente e não estar atrelado a meio políticos dentro da escola.

Pode-se inferir da contribuição dos Diretores que ambos acreditam ser de fundamental importância a participação do Conselho Escolar na administração da escola. O Diretor da Escola N° 2 acrescenta que o papel do colegiado é ainda maior quando há desvio de verbas e má administração em algumas instituições escolares.

O Conselho Escolar como forma de democratizar a escola pública está evoluindo, conforme constata-se nas respostas dos colaboradores da investigação. Nota-se que há um engajamento por parte dos diretores no sentido de promover a participação dos conselheiros, mas as ações da escola devem ser ainda mais transparentes segundo Navarro (2004):

Numa democracia, o setor público tem o dever de ser transparente para a sociedade. Nesse sentido, a Escola precisa divulgar suas ações para toda a comunidade escolar e local. A avaliação empreendida pelo Conselho Escolar, junto com a direção da escola, serve como um mecanismo para esse fim. Nesse processo, o sentido ético tem que permear todas as ações, além de ser a chave para o sucesso do processo democrático (p. 52).

Através desse acompanhamento responsável das atividades da escola e o compromisso com a qualidade do processo educativo, o Conselho Escolar estará contribuindo de maneira relevante para tornar a escola um espaço democrático, uma sociedade mais justa, participativa e solidária.

Capítulo 4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como objetivo geral analisar a percepção dos conselheiros escolares a respeito da gestão democrática, assim como a sua atuação como membro desse colegiado. Em relação ao conhecimento e atuação do Conselho Escolar constatou-se que, nas duas escolas investigadas, há o reconhecimento da importância do Conselho Escolar no processo de tomada de decisões. No entanto, cabe destacar a preocupação evidenciada por alguns entrevistados quanto a manipulação que poderá existir em algumas escolas em relação ao Conselho Escolar.

Outro ponto destacado pelos participantes da pesquisa refere-se a importância da participação de todos os segmentos da comunidade escolar no processo de tomada de decisões visando a construção de uma escola cidadã, de qualidade e que atenda aos interesses da sociedade.

Considerando a participação dos diversos segmentos no Conselho Escolar, constatou-se uma diversidade de fatores motivadores, destacando-se no segmento dos representantes dos pais que os mesmos centraram na importância em participar da vida escolar dos filhos e, também, para colaborar nas decisões a serem tomadas pela escola. Segundo os representantes dos alunos, a participação concentra-se na necessidade de expor suas idéias, opiniões e de ter espaço para reivindicações. Quanto aos representantes dos professores, percebeu-se que a participação tem se dado como uma forma de auxiliar a equipe diretiva, bem como pela necessidade de vivenciar esta experiência na prática. O representante do segmento dos funcionários revelou não ter muito conhecimento sobre o Conselho Escolar, mas que sua participação tem se dado em razão do carinho que tem pela escola e por admirar e acreditar no trabalho que é desenvolvido pela equipe, sendo assim buscou um envolvimento efetivo em todos os momentos solicitados.

Estes resultados remetem à compreensão de que os integrantes do Conselho Escolar têm conhecimento da importância do auxílio e da contribuição no processo decisório das Escolas, porém realça-se a necessidade das escolas, através da equipe diretiva, reforçarem o relevante papel que esse colegiado exerce na vida de toda a comunidade escolar.

No contexto das duas escolas estudadas, no que se refere à gestão democrática pode-se perceber que, apesar da falta de clareza de alguns representantes do que realmente significa este tema, alguns aspectos foram enfatizados pelos respondentes, dentre os quais destacam-se: trabalho em equipe, respeito às idéias, incentivo à participação, compartilhamento de decisões, entre outros.

Para facilitar a compreensão dos principais resultados encontrados com a realização da presente pesquisa, apresenta-se a seguir a Figura 4 ilustrando a síntese destes resultados.

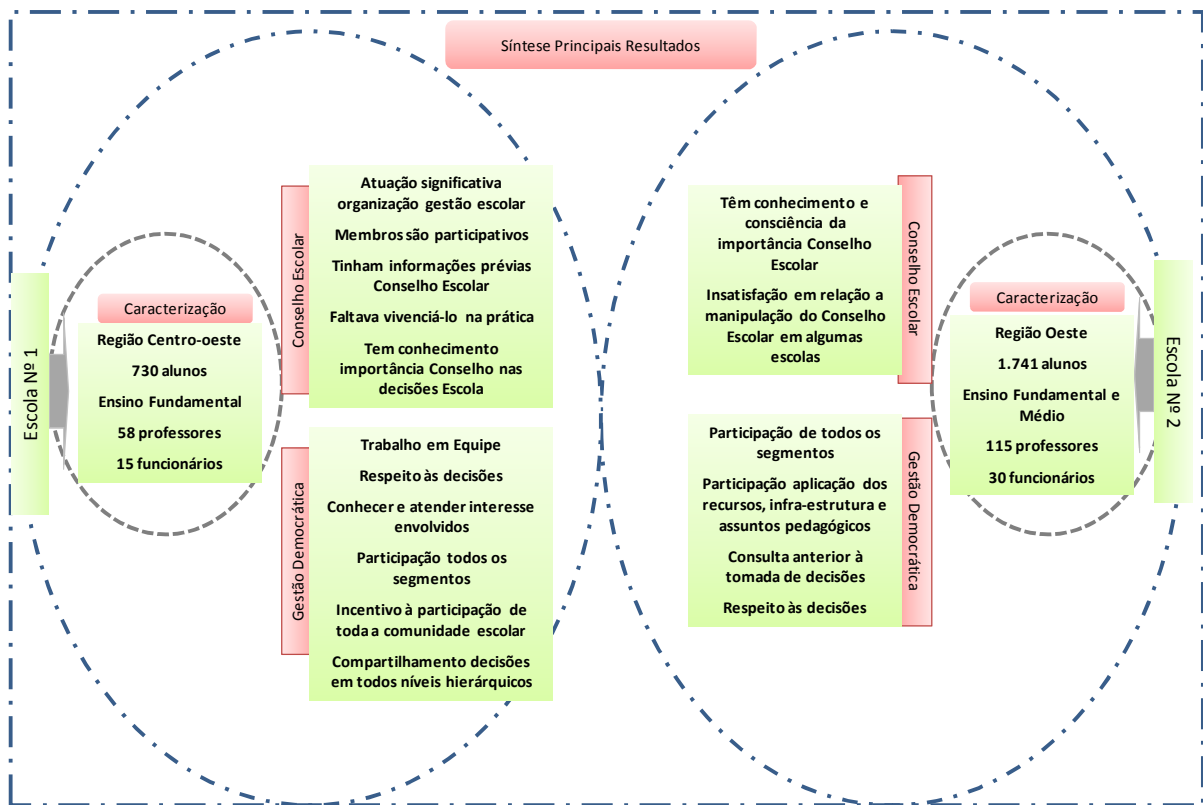


Figura 4 – Síntese dos Resultados

Fonte: elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa

Do ponto de vista das suas contribuições, este estudo fornece importantes implicações para o desenvolvimento de ações e práticas que visem ampliar a motivação da comunidade escolar na participação em colegiados e no processo de tomada de decisões das escolas. Além disso, pode contribuir no delineamento de

estratégias que permitam tornar mais claro o relevante papel que os Conselhos Escolares exercem, bem como para criar condições para participação de todos os envolvidos.

Outra contribuição relevante que o estudo pode proporcionar refere-se a criação de mecanismos que remetam a construção de um processo democrático nas escolas, de modo que a gestão democrática se consolide, de modo efetivo, na prática escolar.

Espera-se que este estudo proporcione novas reflexões que possam conduzir ao desenvolvimento de novas pesquisas envolvendo outras escolas, assim como outras fontes de evidências, tais como a percepção das pessoas que não integram o Conselho Escolar.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, M. **Colegiado Escolar: espaço de participação da comunidade.** São Paulo, SP: Editora Cortez, 2003. – (Coleção Questões da Nossa Época; 102)

ANDRADE, D. (Org.). **Gestão Democrática da Educação: desafios contemporâneos.** 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

ANTUNES, Ângela. **Aceita um conselho? Como organizar o Colegiado Escolar.** São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2002. – (Guia da escola cidadã; v.8)

AURÉLIO. Dicionário. Disponível em:<http://www.dicionariodoaurelio.com/dicionario.php/P=Publico>. Acesso em:02/07/2009.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1979.

BRASIL. Constituição (1998). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Promulgada em 05 de Outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitu%C3%A7ao.htm. Acesso em: 05 de abril de 2011.

BRASIL. **Lei nº. 9.394**, de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases para Educação Nacional. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br?ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em 05 abril de 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares.** NAVARRO, I. P. Conselhos Escolares: democratização da escola e construção da cidadania. Brasília: UnB / CEAD, 2004.

BRASIL. **Lei nº 11.274**, de 6 de fevereiro de 2006. Altera a redação dos artigos 29, 30 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 anos 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11274.htm>. Acesso em: 03 de maio de 2011.

COLLIS, J , HUSSEY, R. **Pesquisa em Administração.** 2 ed., Porto Alegre, Bookman, 2005.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **A Gestão Democrática na Escola e o Direito à Educação.** *Revista Brasileira de Política e Administração Escolar*, Porto Alegre, v. 23, n. 3, p.483-495, set./dez. 2007.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Os Conselhos de Educação e a Gestão dos Sistemas.** In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto; AGUIAR, Márcia Ângela da Silva (Orgs.). **Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.P. 43-60.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista: noções de política social participativa.** São Paulo: Cortez, 1998.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Constituição (1989). **Constituição do Estado do Rio Grande do Sul.** Texto constitucional de 03 de outubro de 1989. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/frameset.asp?txtURL=Prop/Legislacao/constituicao.htm>. Acesso em 24 de março de 2011.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 10.695**, de 14 de novembro de 1995. Lei da Gestão Democrática do Ensino Público.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 11.576**, de 10 de dezembro de 2001. Altera a Lei 10.695, de 14 de novembro de 1995.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Estado da Educação. 8ª Coordenadoria Regional de Educação. Projeto Político Pedagógico da Escola.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Censo Escolar 2009.** Disponível em:<http://inep.gov.br/imprensa/noticias/censo/escolar/news09_11.htm>. Acesso em 03 de maio de 2011.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto (Org.). **Gestão Democrática da Educação:** atuais tendências, novos desafios. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. Gestão Democrática da Educação: ressignificando conceitos e possibilidades. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto; AGUIAR, Márcia Ângela da Silva. (Orgs.). **Gestão da Educação:** impasses, perspectivas e compromissos. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 30^a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

_____. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992.

_____. **Educação como prática de liberdade**. 23^a ed., São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4^a ed. São Paulo: Editora atlas, 2007.

GUTIERREZ, Gustavo Luis; CATANI, Afrânio Mendes. Participação e Gestão Escolar: conceitos e potencialidades. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto (Org.). **Gestão Democrática da Educação: atuais tendências, novos desafios**. São Paulo: Editora Cortez, 2003. p. 59-75.

HAIR, J. JR. *et al.* **Fundamentos de Métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005

HORA, Dinair Leal da. **Gestão Democrática na Escola: artes e ofícios da participação coletiva**. Campinas: Papiros, 1996.

IBEM. Instituto Brasileiro de Educação Moral. **Revista Reconstruir**, ano 8 - nº 70 – edição eletrônica, 15 de março de 2009. Entrevista com Paulo Freire. Disponível em: <http://www.educacaomoral.org.br/reconstruir/entrevista_edicao_70_paulo_freire.htm>. Acesso em: 15 de junho de 2011.

LÜCK, Heloísa. **A gestão participativa na escola**. Série Cadernos de Gestão, vol.3. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

LÜCK, Heloísa. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

MINAYO. M. C.; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Caderno de Saúde Pública** 9(3):239-262, 1993.

MINAYO. M. C. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 22^aed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

PARO, V. H. **Gestão Democrática da Escola Pública**. São Paulo: Ed. Ática, 2008.

BOBBIO, Norberto. O Futuro da Democracia. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2000.

_____. O marxismo e o estado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

QUADROS, Claudemir de. **Livro Texto da Disciplina Enfoques de Pesquisa em Educação**. Curso de Pós – Graduação em Gestão Educacional – EAD. UFSM. Santa Maria/RS.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. **Metodologia de Pesquisa**. 3. Ed, São Paulo: McGraw Hill, 2006.

TRIVIÑOS, A. N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2007.

VIEIRA, M. M. F. Por uma boa pesquisa (qualitativa) em Administração. In: VIEIRA, M. M. F.; ZOUAIN, D. M. (Orgs). **Pesquisa Qualitativa em Administração**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. **Conselhos escolares: implicações na gestão da escola básica**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Carta de Apresentação à Escola

São João do Polêsine, ____ de _____ de 2011.

Sr (a). Diretor (a)

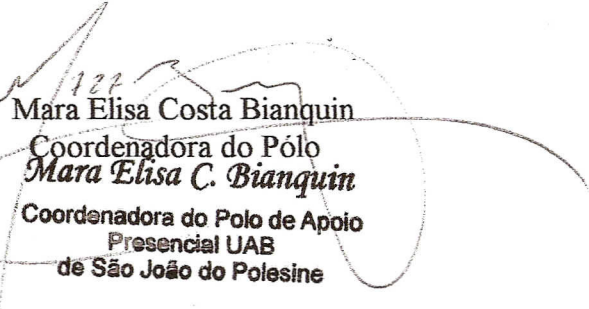
Prof. (a).

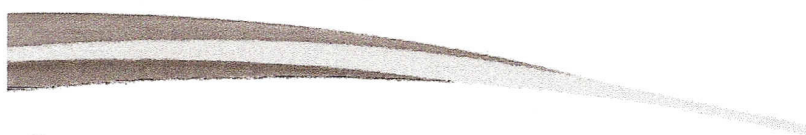
Prezado (a) Senhor (a):

Ao cumprimentá-lo (a) muito cordialmente, aproveitamos para apresentar a aluna **Carmem Rosane Tauchen Fontinele**, do Curso de Especialização em Gestão Educacional em EAD pela Universidade Federal de Santa Maria, do Pólo de São João do Polêsine / RS, para desenvolver uma pesquisa de campo, coletando dados necessários para a Elaboração de Defesa de Monografia.

No aguardo de contato de sua parte, coloco-me à disposição para prestar-lhes esclarecimentos.

Atenciosamente,

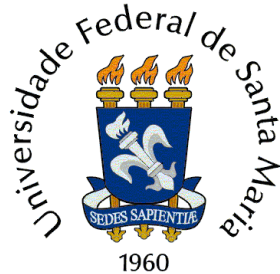

Mara Elisa Costa Bianquin
Coordenadora do Polo
Mara Elisa C. Bianquin
Coordenadora do Polo de Apoio
Presencial UAB
de São João do Polêsine



PÓLO DE APOIO PRESENCIAL DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE



APÊNDICE B – Instrumento para Coleta de Dados



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO
EDUCACIONAL**

Pólo: São João do Polêsine

Orientador: Vantoir Roberto Brancher

Acadêmico: Carmem Rosane Tauchen Fontinele

Questionário elaborado para ser aplicado nas escolas públicas objetivando a coleta de dados para a pesquisa:

Público alvo para responder o questionário: **Diretores de Escolas Públicas**

1. Atualmente fala-se muito sobre “Gestão Democrática na Educação”, o que você entende por isso?
2. Qual (is) a (s) maneira (s) de contribuir para a gestão democrática na escola?
3. Além da eleição de Diretor que é um exemplo de democracia, que outra forma ou estratégia de gestão democrática existe na escola pública?
4. A LDB no seu artigo 14 fala da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político pedagógico da escola e, também a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares e equivalentes, objetivando uma real democracia na educação. O que está sendo feito na sua escola na questão da participação efetiva da comunidade?

5. O Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, promovido pela Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação e outras parcerias (UNICEF, UNESCO, ETC), visa estimular a criação e a consolidação dos Conselhos Escolares já existentes em muitas escolas do país, como um impulso na democratização da educação. Você acredita nesta proposta? Por quê?
6. O Conselho Escolar é um órgão Consultivo, Deliberativo e de Mobilização mais importante do processo de gestão democrática na escola. Sua tarefa mais importante é acompanhar o desenvolvimento da prática educativa e o processo ensino-aprendizagem. De que maneira você, diretor (a), se posiciona diante dessa afirmação?
7. O que você entende por Conselho Escolar? E quais as atribuições desse Colegiado na sua escola?
8. Quais os aspectos positivos de ter um Conselho Escolar atuante na sua Escola?
9. Qual a legislação que sustenta os Conselhos Escolares?
10. De que maneira podemos tornar transparentes as ações da escola?

Público alvo para responder o questionário: **Professores de Escolas Públicas**

1. Quando você foi convidado para fazer parte do Conselho Escolar o que sabia sobre esse colegiado? Vocês tiveram algum esclarecimento? Fale um pouco sobre o seu interesse em participar do conselho.
2. Quais as principais atribuições do Conselho Escolar na sua Escola?
3. Hoje em dia fala-se muito sobre gestão democrática na educação. O que você entende por democracia no âmbito escolar?
4. De que forma vocês, professores, podem contribuir para a democracia na Escola?

5. Você como membro do Conselho escolar, acredita estar contribuindo para tornar a sua escola democrática? Por quê?
6. O que você julga importante para que haja uma participação efetiva dos conselheiros?
7. Quais os aspectos positivos de ter um conselho escolar atuante na sua escola?
8. O professor para aumentar a sua renda mensal, muitas vezes, tem uma carga horária de trabalho de 40 até 60 horas semanais de aula. Como é possível, ainda, participar de um Conselho Escolar, que exige pelo menos um encontro mensal? Fale um pouco sobre esta disponibilidade.
9. No processo ensino-aprendizagem os educadores além de ensinar os conteúdos têm que ensinar os alunos a serem cidadãos participativos, isto é, ter opiniões, expor suas idéias e críticas. Pautado na construção do conhecimento coletivo é que caminharemos para a democracia na educação e um ensino de qualidade. Você, professor, como membro do Conselho Escolar orienta os seus alunos na questão da importância desse colegiado na tomada de decisões de assuntos pertinentes a escola? Por quê?
10. No intuito de construir uma escola democrática e de qualidade é que os gestores contam com a participação coletiva dos que atuam na escola. De que maneira o Conselho Escolar pode contribuir com esse propósito?
11. Educar na, para e pela democracia implica criar espaços de decisão e de vivência de princípios éticos de solidariedade, de justiça, de diálogo. Como buscar o envolvimento dos alunos para além do “fazer parte”? Como a sua escola tem se organizado nesse sentido?

Público alvo para responder o questionário: **Pais de Escolas Públicas**

1. Atualmente fala-se muito sobre “Gestão Democrática na Educação”, o que você entende por isso?

2. Quando você foi convidado para fazer parte do Conselho Escolar o que sabia sobre esse colegiado? Vocês tiveram algum esclarecimento? Fale um pouco sobre o seu interesse em participar do conselho.
3. Você como membro do Conselho escolar, acredita estar contribuindo para tornar a escola de seu (sua) filho (a) democrática? Por quê?
4. De que forma vocês, pais, podem contribuir para a democracia na Escola?
5. Quais as principais atribuições do Conselho Escolar na sua Escola?
6. Considerando que em todo o país são desenvolvidas ações e incentivos em prol da implantação e do fortalecimento dos Conselhos Escolares nas escolas públicas. De que maneira está sendo incentivado esse colegiado na sua escola?
7. Quais as razões e / ou benefícios das escolas que não têm Conselho Escolar, passa a aderir?
8. O Conselho Escolar é um órgão Consultivo, Deliberativo e de Mobilização mais importante do processo de gestão democrática na escola. Sua tarefa mais importante é acompanhar o desenvolvimento da prática educativa e o processo ensino-aprendizagem. De que maneira você, pai (mãe), se posiciona diante dessa afirmação?
9. De que maneira podemos tornar transparentes as ações da escola?
10. Cada escola tem a sua característica, a sua clientela, a sua localização, que influencia de alguma maneira no desenvolvimento das ações do dia a dia do ambiente escolar. Quais são as solicitações mais freqüentes para convocar o Conselho Escolar?

- Problemas de disciplina
- Analisar e aprovar as finanças da escola
- Problemas Pedagógicos
- Problemas administrativos
- Todos acima citados

Comente sua resposta:

Público alvo para responder o questionário: **Funcionários de Escolas Públicas**

1. Atualmente fala-se muito sobre “Gestão Democrática na Educação”, o que você entende por isso?
2. Quando você foi convidado para fazer parte do Conselho Escolar o que sabia sobre esse colegiado? Vocês tiveram algum esclarecimento? Fale um pouco sobre o seu interesse em participar do conselho.
3. Você como membro do Conselho escolar, acredita estar contribuindo para tornar a sua escola democrática? Por quê?
4. Quais as principais atribuições do Conselho Escolar na sua Escola?
5. O que você julga importante para que haja uma participação efetiva dos conselheiros?
6. Considerando que em todo o país são desenvolvidas ações e incentivos em prol da implantação e do fortalecimento dos Conselhos Escolares nas escolas públicas. De que maneira está sendo incentivado esse colegiado na sua escola?
7. O Conselho Escolar é um órgão Consultivo, Deliberativo e de Mobilização mais importante do processo de gestão democrática na escola. Sua tarefa mais importante é acompanhar o desenvolvimento da prática educativa e o processo ensino-aprendizagem. De que maneira você, representante dos funcionários, se posiciona diante dessa afirmação?
8. Quais os aspectos positivos de ter um Conselho Escolar atuante na sua Escola?
9. A LDB no seu artigo 14 fala da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político pedagógico da escola e, também a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares e equivalentes, objetivando uma real democracia na educação. O que está sendo feito na sua escola na questão da participação efetiva da comunidade?

10. Cada escola tem a sua característica, a sua clientela, a sua localização, que influencia de alguma maneira no desenvolvimento das ações do dia a dia do ambiente escolar. Quais são as solicitações mais freqüentes para convocar o Conselho Escolar?

- () Problemas de disciplina
- () Analisar e aprovar as finanças da escola
- () Problemas Pedagógicos
- () Problemas administrativos
- () Todos acima citados

Comente sua resposta:

Público alvo para responder o questionário: **Alunos de Escolas Públicas.**

1. Atualmente fala-se muito sobre “Gestão Democrática na Educação”, o que você entende por isso?
2. Qual a maneira de contribuir para gestão democrática na escola?
3. A LDB no seu artigo 14 fala da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político pedagógico da escola e, também a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares e equivalentes, objetivando uma real democracia na educação. O que está sendo feito na sua escola na questão da participação efetiva da comunidade?
4. Você como membro do Conselho escolar, acredita estar contribuindo para tornar a sua escola democrática? Por quê?
5. O Conselho Escolar é considerado uma estratégia de gestão democrática na educação. Você concorda com essa afirmação? Por quê?
6. Quando você foi convidado para fazer parte do Conselho Escolar o que sabia sobre esse colegiado? Vocês tiveram algum esclarecimento? Fale um pouco sobre o seu interesse em participar do conselho.

7. A escola é considerada democrática quando existe a participação coletiva de todos os envolvidos no ambiente escolar: professores, alunos, pais e funcionários. Você considera a escola que você estuda democrática? Por quê?
8. Que relação deve existir entre família e escola?
9. Se você tivesse que representar a sua Escola em forma de desenho. Como ela é ou como você gostaria que ela fosse, no sentido de participação de pais, professores, alunos, funcionários e comunidade local. Descreva o que você desenhou.
10. Você escolheu, através do voto, o (s) colega (s) que representa o segmento aluno no Conselho escolar? Fale um pouco dessa experiência.